



Fundação Edson Queiroz
Universidade de Fortaleza
Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Divisão de Pós-Graduação
Mestrado em Psicologia

ANDRÉ DE CARVALHO-BARRETO

**PREDIÇÃO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS:
ESTUDO EXPLORATÓRIO**

FORTALEZA
Universidade de Fortaleza
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANDRÉ DE CARVALHO-BARRETO

**PREDIÇÃO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS:
ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de
Mestrado em Psicologia da Universidade de Fortaleza,
como exigência requisito parcial para
obtenção do título de Mestre

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Júlia S.N.F. Bucher-Maluschke

FORTALEZA
Universidade de Fortaleza
2008

C331e Carvalho-Barreto, André de.
Predição à violência de gênero em estudantes universitários: estudo
exploratório / André de Carvalho-Barreto. - 2008.
84 f.

Cópia de computador.
Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2008.
“Orientação : Profa. Dra. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke.”

1. Violência – Aspectos psicológicos. 2. Violência contra a mulher.
3. Violência doméstica. 4. Estudantes universitários. I. Título.

CDU 159.9:316.647.3



Fundação Edson Queiroz
Universidade de Fortaleza
Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Divisão de Pós-Graduação
Mestrado em Psicologia

Dissertação intitulada "Predição à violência de gênero em estudantes universitários: estudo exploratório", de autoria do mestrando André de Carvalho-Barreto, aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof.ª Dr.ª Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke (Orientadora)
Universidade de Fortaleza

Prof. Dr. Paulo César de Almeida
Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Marcelo da Silva Araújo Tavares
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Henrique Figueiredo Carneiro
Coordenador do Curso de Mestrado em Psicologia da Unifor

Fortaleza, 20 de outubro de 2008.

O Dilema

*Rir é arriscar-se a parecer bobo.
Chorar é arriscar-se a parecer sentimental.
Demonstrar sentimentos é arriscar-se a não ser aceito.
Amar é arriscar-se a não ser amado.
Continuar avançando contra o pouco provável,
é arriscar-se a fracassar.
Porém, os riscos devem ser tomados,
porque perigo maior na vida,
é não arriscar nada.
Aquele que não arrisca, não faz nada,
não tem nada, não é nada.
Pode evitar sofrimento e dor,
mas não pode aprender, sentir, mudar, crescer, nem amar;
amarrado a tudo o que dá segurança,
é um escravo:
Reconquistou a sua liberdade,
Só uma pessoa que corre riscos é livre.*

Autor: Anônimo

Arriscar-se a ir morar em Porto Alegre, mesmo sem ter passado no mestrado; arriscar-se a viver longe da Terra onde nasceu; arriscar-se a voltar à Terra em que nasceu; arriscar-se a aprender um novo modelo metodológico; arriscar-se a ter uma bolsa de estudos, pois sem ela não teria como pagar o mestrado; arriscar-se a ser um pesquisador. Porém, os riscos devem ser tomados, porque perigo maior na vida, é não arriscar nada.

Arriscar-se, eis o dilema que sempre tive na vida. Algumas vezes eu me arrisco demais e consigo; outras não. Escolher o percurso que fiz para minha formação de pesquisador foi um risco ao sofrimento, ao cansaço, a decepção comigo e com os outros. Aquele que não arrisca, não faz nada.

Hoje, ao fim do mestrado, tomo-o como uma vitória acompanhada por poucos, bem menos de que imaginei, mas compartilhada por muitos. São, no entanto, a esses muito poucos que dedico este momento. Só uma pessoa que corre riscos é livre.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido realizado sem a ajuda de Deus e de outras pessoas especiais. Obrigado, Senhor, por tudo o que me deu até hoje; desculpa por todos os momentos de vacilo e que esqueci de orar a Ti. Dá-me força para seguir minha caminhada ao doutorado.

A minha família, especialmente, meus pais, Maria Amélia de Carvalho Barreto e José Cleomon Melo Barreto, que, desde meu nascimento, aspiraram o meu sucesso, não deixando de se empenhar para que eu o conseguisse.

Ao meu irmão e a minha cunhada, Matheus de Carvalho Barreto e Eloise Monteiro Barreto, que sempre me apoiaram e que, em outubro do ano passado, presentearam-me com uma linda sobrinha, Alice Monteiro Barreto. A minha irmã de coração e sua mãe, Raquel Lira Campos e Eugênia da Rocha Lira, por estarem ao meu lado em meus momentos de crise. A minha avó, Cleonice Melo Barreto, por suas orações.

Não tenho dúvidas de que, sem o apoio emocional e a ajuda estatística do meu querido irmão e cunhada, Felype de Carvalho Barreto e Daniela Veit Barreto, e meus sobrinhos, Gabriela e Vinicius Veit Barreto, não teria conseguido realizar este trabalho. Vocês são muito especiais na minha vida. Muito obrigado.

A minha amiga, cúmplice, confidente, companheira e amada Letícia Decimo Flesch, muito agradeço; agradecimento este para o qual seriam necessárias infindáveis folhas para expressar, momentos de apoio grandiosos, como viajar para Porto Alegre, para me ver e tão simples como me acolher em seus braços nos momentos de cansaço. Te amo, minha Gauchinha!

Eu também quero agradecer ao meu pai espiritual, Pe. Francisco Alcântara (*in memoram*), o primeiro fora de minha família que realmente acreditou no meu potencial, sempre me incentivando, motivando e orando por mim. Que Deus o tenha, *pater*; mantenha-se sempre a me guiar em minhas encruzilhadas.

Aos meus amigos e amigas de todas as horas que há anos acompanham meu desejo de ser um pesquisador e de fazer mestrado – Carol Grangeiro, Thiago, Carol Flor, Gláucia, Demétrios, João Arruda, Juliana Oliveira, Bruna Sabóia, Karu e Princesa.

Aos meus amigos e amigas gaúchos, que tanto significado fizeram na minha vida e formação. Minha família gaúcha, Lucas Neiva, Nandinha, Gilmar, Tânia, Vó Elma e Xandinha. Meus colegas e amigos “cepianos”, Geraldine, Michele, Martha, Brian, Ian, Maycoln, Larissa, Andreina, Vicente, Renata e, particularmente, minha segunda mãe – Carmen Kasper. Meus companheiros e irmãos, Lucas André, Gabi, Júlia, Eliana, Ricardo, Gastão e Pri; e a amiga que precisou vir até minha Terra para a conhecer melhor Marúcia Bardagi. Sem você, Maru, não teria conseguido cumprir meus prazos e dormir! Obrigado pelas aulas e paciência.

À Prof.^a Dr.^a Júlia, por acreditar em meu potencial, estando sempre disposta a me ensinar a ser um grande pesquisador conforme ela é. Obrigado, Dr.^a Júlia, por todos os “puxões de orelhas”, não só referentes a minha pesquisa, mas a minha vida.

À Prof.^a Dr.^a Silvia, que me acolheu no Rio Grande do Sul, abriu as portas de sua casa e do Cep-Rua, ensinou-me o que é ser um pesquisador, a enfrentar meus temores, ter disciplina, ser metódico, a escrever e, principalmente, a acreditar em mim mesmo. Muito obrigado, Chefa!

Ao Prof. Dr. Paulo César de Almeida, por aceitar não apenas o convite em fazer parte desta banca, mas também por ser meu orientador indireto no desafio que foi para mim desenvolver

um projeto quantitativo. Pelo profissionalismo, pela atenção dispensada à leitura do texto e pela valiosa contribuição feita por meio de críticas e sugestões para a melhoria deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Eros DeSouza que confiou a mim sua pesquisa e que, apesar da distância, sempre esteve presente não apenas durante minha coleta de dados, mas posteriormente a ela, sempre me incentivando. Espero que futuras parcerias de pesquisa e publicações possam advir. Tenho aprendido muito com você...!

Ao Prof. Dr. Marcelo Tavares, que aceitou o convite de participar de minha banca de mestrado, trazendo contribuições importantes para a melhora do meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Henrique Figueiredo Carneiro por ter me dado apoio e me orientado em momentos difíceis que ocorreram durante meu percurso no mestrado.

Aos amigos e amigas do Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos (Lesplexos), pelo apoio nesta produção, especialmente minha amiga Andrea Alexandre Vidal. Aos meus colaboradores, Tâmara Matos e Victor Brito, sem os quais não teria conseguido realizar minha revisão da literatura. Obrigado pelos bons momentos da discussão sobre o meu tema e apoio constante.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro concedido por meio da bolsa de estudos para realização do mestrado. Também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que auxiliou na concessão da bolsa de Apoio Técnico à Pesquisa, possibilitando a realização da coleta deste mestrado.

A todos e todas que, por descuido, não foram citados neste agradecimento, mas que sabem de sua relevância em todo este processo.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	04
LISTA DE TABELAS	05
RESUMO	06
<i>ABSTRACT</i>	07

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO	09
1.1 Nível Pessoal	11
1.2 Nível Processual	13
1.3 Nível Contextual	15
1.4 Nível Temporal	19

CAPÍTULO 2

OBJETIVOS E HIPÓTESES	22
2.1 Objetivos	22
2.1.1 Objetivo geral	22
2.1.2 Objetivos específicos	22
2.2 Hipóteses	22

CAPÍTULO 3

MÉTODO	24
3.1 Delineamentos	24
3.2 Procedimentos	24
3.3 Instrumentos	24

3.3.1 Questionário sócio-demográfico_____	26
3.3.2 Questionário sobre a situação de risco à violência de gênero: Sistema Comportamental de Sobrevivência a Fatores de Risco_____	27
3.3.3 Identificação de comportamentos agressivos: <i>Aggressive Sexual Behavior Inventory</i> _____	29
3.3.4 Medida de ideologia de gênero: <i>Kalin Sex Role Ideology Measure</i> _____	30
3.4 Participantes_____	31
3.5 Análise dos dados_____	32

CAPÍTULO 4

RESULTADOS E DISCUSSÃO_____	34
4.1 Resultados_____	35
4.1.1 Dados relativos ao questionário sócio-demográfico_____	35
4.1.2 Dados relativos ao questionário sócio-demográfico e instrumento que prediz vulnerabilidade à violência de gênero_____	37
4.1.3 Dados relativos ao questionário sócio-demográfico e instrumento que prediz comportamento sexual agressivo_____	48
4.2 Discussão_____	51
4.2.1 Nível Pessoal_____	51
4.2.2 Nível Processual_____	53
4.2.3 Nível Contextual_____	54
4.2.4 Nível Temporal_____	57

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	63
ANEXO A: Aceite do comitê de ética	74
ANEXO B: Folha de consentimento	75
ANEXO C: Questionário sócio-demográfico	77
ANEXO D: Sistema Comportamental de Sobrevivência a Fatores de Risco	78
ANEXO E: <i>Aggressive Sexual Behavior Inventory</i>	79
ANEXO F: <i>Kalin Sex Role Ideology Measure</i>	81
ANEXO G: Declaração do revisor	82
ÍNDICE REMISSIVO	83

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Abreviaturas e símbolos estatísticos, segundo APA_____08

QUADRO 02 – Fatores relacionados ao risco à violência de gênero nesta pesquisa_____35

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Frequência, porcentagem, média e desvio-padrão dos instrumentos, SBI e KSRIM_____	31
TABELA 2 – Características que predizem vulnerabilidade à violência de gênero, segundo o primeiro item das respostas nominais do SCSFR_____	39
TABELA 3 – Características que predizem vulnerabilidade à violência de gênero, segundo o segundo item das respostas nominais do SCSFR_____	40
TABELA 4 – Características que predizem vulnerabilidade à violência de gênero, segundo o terceiro item das respostas nominais do SCSFR_____	41
TABELA 5 – Características que predizem vulnerabilidade à violência de gênero, segundo a escala SCSFR_____	42
TABELA 6 – Análise de variância para a variável dependente da escala SCSFR_____	45
TABELA 7 – Correlação entre as variáveis escalares dos dados sócio-demográficos e a escala SCSFR_____	46
TABELA 8 – Resumo de análise de regressão para variáveis que predizem comportamento sexual agressivo e “vitimização”_____	47
TABELA 9 – Análise de variância para a variável dependente SBI_____	49
TABELA 10 – Correlação entre as variáveis dos dados sócio-demográficos, escala SCSFR e o somatório do SBI_____	50
TABELA 11 – Resumo de análise de regressão para variáveis que predizem comportamento sexual agressivo_____	50
TABELA 12 – Relação entre características religiosas da vítima segundo a escala SCSFR_____	56

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi conhecer as características de possíveis vítimas e agressores de violência de gênero com base na Teoria Bioecológica. Para atingir esse objetivo, fez-se uso do método quantitativo com delineamento do tipo *survey*, sendo a pesquisa realizada em Porto Alegre/RS com 385 estudantes de graduação de ambos os sexos (211 mulheres e 174 homens). A escolha dos universitários não levou em conta critério de classe sócio-econômica, idade ou raça, sendo a participação voluntária. Os dados foram coletados por um questionário anônimo auto-aplicado que continha questões sócio-demográficas, o instrumento Sistema Comportamental de Sobrevivência a Fatores de Risco ($k > 0,79$) e o *Aggressive Sexual Behavior Inventory* ($\alpha = 0,68$). Os resultados foram discutidos segundo os níveis do modelo teórico adotado. Um dos achados mais importantes foi a correlação positiva ($p < 0,02$) da possibilidade de uma pessoa, após a “vitimização” assumir comportamentos agressivos com o parceiro, segundo análise de Sperman. Este achado está de acordo com o descrito na literatura pesquisada, isto é, o comportamento violento é aprendido pela vítima, a qual a torna uma agressora potencial. Espera-se que os resultados encontrados nesta pesquisa possam ser considerados na promoção de políticas públicas mais eficazes para a prevenção da violência de gênero.

Palavras-chave: Violência de Gênero, Violência Doméstica, Violência contra a Mulher, Desenvolvimento Humano

ABSTRACT

The objective of this research was to identify the characteristics of possible victims and offenders of gender violence through the Bioecological Theory. For this purpose, it was used an survey designed quantitative method. This study was conducted in Porto Alegre/RS with 385 graduation students (211 female and 174 male), independent of social class, age or race; all the students participated voluntarily. The data were collected by an auto-applied anonymous questionnaire that contained demographic questions, the Behavioral Risk Factor Surveillance System ($k > 0.79$), and the Sexual Aggressive Behavior Inventory ($\alpha = 0.68$). The results were discussed according to the levels of the theoretical framework used. Amongst the findings, it was noticed a significant correlation ($p < 0.02$) the possibility of a gender violence victim to assume aggressive behaviors with the partner. This finding is in agreement with other in the literature, that is, the violent behavior is learned by the victim whom may become her self an aggressor. We expect our results may contribute to the promotion of more efficient public politics for the prevention of the gender violence.

Keywords: Gender Violence, Domestic Violence, Violence against Women; Human Development.

QUADRO 1

Abreviaturas e símbolos estatísticos

Símbolos/ Abreviaturas	Definição
%	Porcentagem
α	Índice de Cronbach de consistência interna
β	Coefficiente de regressão múltipla padronizado
χ^2	Valor computado de um teste Qui-quadrado
τ	Coefficiente de concordância de grau de Kendall
ANOVA	Análise de variância (univariada)
B	Coefficiente de regressão linear B
df	Grau de liberdade
DP	Desvio-padrão
EP B	Erro-padrão do coeficiente de regressão B
<i>F</i>	Teste de F de Snedecor
f	Frequência
H	Hipótese
k	Coefficiente de alienação
M	Média
ns	Não significativo
r_s	Coefficiente de correlação de classificação de Spearman
<i>p</i>	Nível de significância
<i>t</i>	Teste <i>t</i> de Student
KSRIM	<i>Kalin Sex Role Ideology Measure</i>
SBI	<i>Sexual Behaviour Inventor</i>
SCSFR	Sistema Comportamental de Sobrevivência a Fatores de Risco

Fonte: Associação Americana de Psicologia (2006)

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO¹

Estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (Hartigan, 1997; Krug, Dalhberg, Mercy, Zwi & Lozano, 2003) relatam não existir nenhum país, cidade ou comunidade imune à violência. Das violências interpessoais, a cometida pelo homem contra a mulher é considerada por esses órgãos como um dos maiores problemas mundiais de hoje, chegando a valores entre 10 e 69% de incidência, ocorrendo, costumeiramente, no ambiente doméstico (Diniz & Pomdaag, 2004; Guareschi, Weber, Comunello & Nardini, 2006).

No Brasil, a violência contra a mulher é um dos maiores problemas de Saúde pública, atingindo um quarto da população (Jacobucci & Cabral, 2004). Apesar da elevada frequência, Saffioti (2004) acentua faltar fidedignidade dessas informações, sendo sua incidência de 45% ou mais em razão de as agressões psicológicas, como manipulações verbal e comportamental, insultos, chantagem e isolamento, raramente serem percebidas como violência, por não serem atos imoderados e/ou cruéis que deixem danos físicos severos (Martins & Bucher-Maluschke, 2005). O que ocorre no Brasil, para Saffioti, é que a violência psicológica contra a mulher se tornou tão corriqueira que deixou de ser percebida como agressão.

Em resultado da violência de gênero, diversas sintomatologias e transtornos desenvolvimentais podem se manifestar, como doenças nos sistemas digestivo e circulatório, dores e tensões musculares, desordens menstruais, depressão, ansiedade, suicídio, uso de entorpecentes, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), além de lesões físicas, privações e assassinato tanto da vítima quanto do agressor (Carlson, McNutt, Choi & Rose, 2002; Loxton, Schofield, Hussain & Mishra, 2006).

¹ O presente capítulo foi aceito para publicação na revista *Psicologia: Reflexão e Crítica*.

Embora a violência de gênero seja estudada desde os anos setenta nos EUA e na Europa, apenas nos anos noventa os brasileiros iniciaram, expressivamente, suas pesquisas. Com base na revisão dessas pesquisas feita por Gomes (2003), constatou-se que mais de 75% dos estudos nacionais culpam as relações de gênero como causadoras dos maus-tratos às mulheres. Para a OMS (Krug et al., 2003), entretanto, essa violência não é originada por único agente, mas é o resultado da ação sistêmica de fatores diversos agrupados em níveis individual, relacional, comunitário e social.

O primeiro nível – individual – refere-se aos fatores biológicos, de personalidade e históricos das pessoas que interferem no seu comportamento. O nível relacional indica o modo como as relações da pessoa são realizadas. O terceiro nível da OMS examina os contextos da comunidade nos quais se realizam as relações sociais. O último, o social, examina os fatores sociais mais gerais, como as normas socioeconômico e culturais de uma nação (Krug et al., 2003).

Para melhor compreender o fenômeno da violência, foi direcionado aos níveis individual, relacional, comunitário e social da OMS um modelo teórico que os integrasse – Teoria Bioecológica. Desenvolvido no fim da década de setenta por Urie Bronfenbrenner (1979/2002, 2004), essa teoria multidimensional foi aplicada no estudo da violência interpessoal, inicialmente, para compreender a agressão contra crianças (Garbarino & Crouter, 1978) e posteriormente a de jovens e adultos (Heise, 1998).

A estrutura da Teoria Bioecológica propõe a relação entre quatro níveis: Processual, Pessoal, Contextual e Temporal (PPCT) sobre o comportamento humano, considerando a violência como um produto deles. Assim, o nível individual da OMS que compreende fatores pessoais e históricos para a Teoria Bioecológica são dois níveis distintos – Pessoal e Temporal. Os fatores social e comunitário da OMS para a Teoria Bioecológica representam apenas o nível Contextual. Por fim, a modalidade relacional engloba o Processual da Teoria

Bioecológica (Bronfenbrenner, 2004; Krug et al., 2003). Os quatro níveis bioecológicos serão mais bem explanados nas sessões à frente.

1.1 Nível Pessoal

Por anos, grande parcela da comunidade feminista recusou-se fortemente a reconhecer a existência de características pessoais que influenciassem a violência, gerando poucas produções sobre o agressor e a vítima (Heise, 1998). Essa comunidade, todavia, nunca explicou por que determinadas mulheres eram mais alvo de agressões do que outras. Para a Teoria Bioecológica, de Bronfenbrenner (2004), a pessoa com suas características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais durante seu ciclo vital produz, dinamicamente, o nível de suas relações interpessoais, possibilitando a existência da vítima e do agressor.

Características advindas de dados epidemiológicos (Galvani, 2006; Kronbauer & Meneghel, 2005; Krug et al., 2003) indicam que, em mais de 60% dos casos de violência, tanto vítima quanto agressor não concluíram o Ensino Fundamental, e que dos perpetradores de 15 a 45% são usuários de bebidas alcoólicas e/ou de substâncias tóxicas. De acordo com Cecconello e Koller (2003), características inibidoras do desenvolvimento da pessoa, como a falta de escolaridade, afetam as relações interpessoais, podendo provocar uma dinâmica de relações propiciadoras à agressão. Galvani (2006) complementa, acentuando que as drogas não podem ser ditas como causadoras de violência, conforme pensam estudiosos (Brecklin, 2002), mas potencializadoras de personalidades violentas, já que o agressor aproveita de sua dependência e dos efeitos que as drogas provocam para cometer seus atos, eximindo-se da culpa e das conseqüências sociais e também morais.

Dutton e Golland (1997) evidenciam que homens violentos têm os seguintes tipos: (1) psicopático; (2) hipercontrolado; e (3) cíclico. O tipo psicopático é o mais raro e seus maus-tratos sempre têm algum objetivo e atingem não somente a esposa, mas os filhos, parentes, vizinhos e conhecidos. Costumeiramente, esses homens têm antecedentes criminais, como

furto, falsificação, tráfico de drogas, assassinatos, dentre outros. Sua consciência moral é debilitada, não tendo remorsos por suas ações, chegando a assumi-las como se fossem um comportamento natural do homem. Como consequência, os agressores psicopáticos dificilmente aprendem com seus atos, sendo bastante resistentes ao processo psicoterapêutico.

Aproximadamente, 30% dos agressores são hipercontrolados (Dutton & Golland, 1997). Esses homens parecem estar distanciados de seus sentimentos, comportando-se passivamente e evitando contato interpessoal. Sua agressão resulta do acúmulo progressivo de frustrações. Eles têm por característica serem costumeiramente bem-vistos social e profissionalmente, ficando as pessoas próximas surpresas quando descobrem seus abusos.

O último perfil, para Dutton e Golland (1997), é o mais encontrado: são os abusadores cíclicos ou emocionalmente instáveis, caracterizados como incapazes de descobrir plenamente seus sentimentos e querer controlar a vida íntima de sua vítima. Frequentemente, ao iniciarem um relacionamento amoroso, escolhem aquela pessoa sobre a qual terão mais possibilidade de estabelecer controle e domínio psicológico ou físico, como mulheres com baixa auto-estima, carentes afetivamente, com algum déficit cognitivo, donas de casa em tempo integral ou com timidez excessiva.

Estudos realizados por Hirigoyen (2006), sobre mulheres que têm dificuldade de deixar o relacionamento com os companheiros violentos, relatam que elas não têm uma personalidade masoquista, mas sentimentos de desestabilidade, confusão, falta de confiança em si, angústia, isolamento e dependência do agressor (Bucher-Maluschke, 2003, 2004).

Constata-se, nesses estudos, que a pessoa, ao nascer, tende a continuar seu desenvolvimento no âmbito biológico, iniciando a formação de sua personalidade. As características pessoais que vão surgindo ao longo do desenvolvimento interferem, influenciando no modo como serão as relações interpessoais, mas não predestinando ninguém a ser vítima ou agressor.

1.2 Nível Processual

O processo proximal é uma transferência de energia bidirecional ou unidirecional de uma pessoa com os objetos, símbolos e outras pessoas imersas no seu mesmo microsistema. O processo é o principal componente da Teoria Bioecológica por nele se estabelecerem o grau das relações dos parceiros entre si e com os outros sistemas (Bronfenbrenner, 2004).

Na violência conjugal, a transferência de energia entre agressor e vítima não é unidirecional, ou seja, daquele que comete a violência para quem a recebe. A violência doméstica, especialmente, é constituída em uma relação bidirecional (Espindola, Bucher-Maluschke & Santos, 2004; Kwong, Bartholomew, Henderson & Trinke, 2003). Se não bem trabalhados pelos parceiros, conflitos causados por decepções com o cônjuge, diferenças de *status* entre o casal, ciúmes ou eventos estressores externos ao casal podem fomentar um relacionamento com discussões que, agravado pela convivência dos parceiros, pode resultar em agressões psicológicas, físicas e sexuais (Glass, Koziol-McLain, Campbell & Block, 2004; Krug et al., 2003).

Causados essencialmente por esses conflitos estressores, aumenta o número de mulheres e de homens homossexuais e heterossexuais que buscam a justiça e os hospitais para se queixarem e tratarem-se de violências cometidas pelo companheiro (Assis & Constantino, 2001; Swan & Snow, 2003; Toro-Alfonso & Rodríguez-Madera, 2005). Estudos realizados sobre violência doméstica registraram uma porcentagem de 3% a 5% de homens heterossexuais e de 5% de mulheres e homens homossexuais “vitimizados” (que sofreram uma agressão) fisicamente pelo parceiro (Hirigoyen, 2006; Glass et al., 2004).

Acredita-se, assertivamente, que esses números sejam subestimados, pelo fato de os homens heterossexuais terem dificuldade de confessar sua situação de violência (Assis & Constantino, 2001), de as mulheres e os homens homossexuais não relatarem o verdadeiro perpetrador por medo do preconceito (Glass et al., 2004; Toro-Alfonso & Rodríguez-Madera, 2005) e de as mulheres agressoras usarem mais a violência perversa e a manipulação,

dificultando a identificação de seu ato para os sistemas judiciário e de Saúde, como assinala Hirigoyen (2006).

Com maior frequência, porém, a violência física e a psicológica das mulheres são reativas (Glass et al., 2004). A maior parte faz uso da agressão como defesa às violências que já estavam sofrendo da parte do parceiro (Hirigoyen, 2006; Swan & Snow, 2003). Sem negar a violência feminina, é preciso cuidado para não desmerecer a mulher vítima, sendo o homem perpetrador quem provoca 90% dos casos de agressões às mulheres (Espindola et al., 2004; Koziol-McLain, Coates & Lowenstein, 2001).

Fazendo uso de mecanismos psicológicos de dominação aceitos pela mulher, como prova de amor, o homem agressor passa a controlá-la. Caso ela resista, mostrando sinais de autonomia, ele passa a empregar procedimentos violentos cada vez mais manifestos. Quanto mais rotineiros e imprevisíveis são os maus-tratos, menos a mulher passa a dispor de recursos psicológicos para deixar o companheiro, adotando mecanismos de adaptação e sobrevivência, como dissociação do pensamento, negação ou anulação dos sentimentos que sente por si e até uma identificação com o agressor, semelhante à encontrada nas portadoras da Síndrome de Estocolmo. Sob essas circunstâncias, a mulher assujeita-se ao parceiro sem perceber (Hirigoyen, 2006; Narvaz & Koller, 2006c; Saffioti, 2004).

Estando a mulher já assujeitada, o agressor faz uso de reversão para manter seus atos de violências física e sexual, culpando a companheira pela agressividade cometida por ele. A vítima passa a absolver o parceiro. Antecipando seus atos violentos, torna-se obediente, procurando não o desagradar e não pensando em deixá-lo para não destruir seu relacionamento ou sua família. A violência doméstica passa a ser escondida pela vítima e pelo companheiro, chegando a mulher a isolar-se dos sistemas freqüentados pelo casal (Dutton & Golland, 1997; Hirigoyen, 2006).

A violência de gênero, portanto, independe do fator biológico sexo, tanto da vítima quanto do agressor, sendo causada essencialmente pela relação, podendo ambos ter

responsabilidade, mas, ainda assim, sendo o homem seu principal causador com suporte no assujeitamento da mulher. Essa relação violenta indica para a Teoria Bioecológica (Bronfenbrenner, 2004) uma disfunção nos processos proximais, dada a dificuldade de eles manterem o controle e a integração de seus comportamentos um com o outro e nos diferentes sistemas que freqüentam.

Para Cecconello e Koller (2003), contextos desfavoráveis e/ou desorganizados, como favoráveis e/ou estáveis interferem no resultado dos processos proximais. Quando ocorre disfunção, o impacto no desenvolvimento da pessoa será menor em ambientes favoráveis e/ou estáveis do que no ambiente desfavorável e/ou desorganizado pela falta de a disfunção se manifestar mais freqüente e intensamente.

1.3 Nível Contextual

Na Teoria Bioecológica, o contexto é dividido em quatro níveis ambientais que interagem, a saber: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. O primeiro deles simboliza a família, que é o sistema mais imediato com que a pessoa estabelece relações sociais, face a face. É na família onde deve estar a principal fonte de apoio sócio-afetivo da pessoa, segundo Bronfenbrenner (1979/2002).

Estudos realizados por Crook, Goodall, Baker e Hughes (2006) afirmam que os pais, especialmente o pai, podem combater as violências contra as mulheres, prevenindo fatores de risco. Evitando que os filhos tenham experiências de rejeição durante a infância e oferecendo uma educação de masculinidade saudável (não-sexo violento), os pais possibilitam que seus filhos, quando adultos, tenham comportamentos saudáveis.

Ainda em relação à família, Minuchim (1982) ressalta ser ela um sistema aberto em constante transformação a partir da troca de informações com outros sistemas. A relação de dois ou mais sistemas freqüentados ativamente pela pessoa representa, para Bronfenbrenner

(1979/2002), o mesossistema. Portanto, o relacionamento violento entre um casal é influenciado e influencia a família extensa, vizinhos, amigos e colegas.

Apesar do crescente índice de violência contra a mulher em países com altos níveis de qualidade de vida (Krug et al., 2003), desvinculando a ligação entre pobreza e violência, investigações brasileiras destacam essa relação, explanando ser cinco vezes maior a probabilidade de violência de gênero com pessoas que estão na linha da pobreza (Bucher-Maluschke, 2004; Narvaz & Koller, 2006a).

Para esses estudos nacionais, o meio ambiente de miséria está comumente atrelado a condições de riscos, como falta de segurança física e habitacional, presença de tráfego, roubos, estupro, desemprego e escassez de recursos financeiros do casal. Esses fatores estressores afetam a qualidade das relações conjugais, podendo gerar situações de risco à violência (Cecconello & Koller, 2003).

Para reduzir essas condições de riscos, as redes de apoio social e afetivo exercem função importante. Definidas como os ambientes nos quais a pessoa frequenta ativa e não-ativamente, como os serviços de Saúde, de assistência social, de educação e de direitos, essas redes de apoio colaboram para proteção dos parceiros, promovendo estratégias para saída das situações estressoras, oferecendo apoio, principalmente emocional (Carlson et al., 2002; Bal, Crombz, van Oost & Debourdeaudhuij, 2003; Brito & Koller, 1999; Cecconello, De Antoni & Koller, 2003; Poletto & Koller, 2002). A cada um desses contextos não frequentados ativamente pela pessoa, a Teoria Bioecológica define como exossistema (Bronfenbrenner, 1979/2002; 2004).

Mulheres que não têm apoio extraconjugal, com uma estrutura de rede empobrecida, sentem-se isoladas socialmente e dependentes financeira e emocionalmente do companheiro abusador (Narvaz & Koller, 2004; 2006c). Silenciar, permanecendo na situação de maus-tratos, significa para elas não perder o único apoio que têm (Saffioti, 2005).

Pesquisas realizadas por Kocot e Goodman (2003) revelam, contudo, que não apenas o tamanho e a composição da rede interferem nos maus-tratos, mas sua qualidade. Foi constatado nesses estudos que mulheres possuidoras de uma rede extraconjugal ampla, mas que oferece conselhos difusos ou de manutenção e de legitimação da relação violenta, e não conselhos claros de abandonar a relação, esta produz conflito mental, agravando sintomatologias psicológicas, como depressão e TEPT.

Segundo Koziol-McLain e colegas (Glass et al., 2004; Koziol-McLain et al., 2001; Sharps, Koziol-McLain, Campbell, McFarlane, Sachs & Xu, 2001), as instituições de Saúde e de justiça têm grande parcela de culpa na falta de prevenção à violência de gênero, particularmente no “femicídio” (assassinato de mulheres). Koziol-McLain comprova que das vítimas de “femicídio” cometido pelo companheiro, mais da metade teve, anterior à sua morte, passagem por hospitais e delegacias. O motivo da procura por essas instituições foi queixas de maus-tratos e sintomas característicos da violência de gênero.

Apesar de a mulher que sofre maus-tratos costumar esconder do sistema de Saúde e de assistência social a violência sofrida, a falta de preparo dos profissionais em oferecer melhores atendimentos preventivos e de apoio, em lugar de paliativos, tornam a rede de apoio à mulher ainda frágil e desestruturada (Kronbauer & Meneghel, 2005). Leis como a 9.099/95, que condenavam homens agressores a trabalho voluntário à sociedade ou ao pagamento de multa e cesta básica à sua vítima incentivaram a violência, criando no imaginário do perpetrador a certeza da impunidade (Saffioti, 2005).

Na busca de melhorar a rede de apoio social e afetivo, a OPAS fomentou a implementação de políticas e normas legais para fortalecer a capacidade dos países na resposta à agressão do casal (Hartigan, 1997), o Poder Público e a sociedade civil brasileira, influenciados, criaram o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com medidas preventivas e inclusivas da mulher-vítima (Brasil, 2004, 2006) e instituíram o projeto de lei 11.340/2006, também conhecido como Lei Maria da Penha (Gomes, 2006), que determina

medidas punitivas mais severas aos perpetradores. Essas políticas, entretanto, são ainda focadas na mulher vítima, não na sua família, e essencialmente na punição do agressor, e não no seu tratamento.

As macroinstituições, como os Governos Federal, estaduais, distrital e municipais, exercem fator preponderante na pessoa, interferindo nas interações de todos os níveis ambientais. Suas políticas públicas refletem nos padrões reais e potenciais das inter-relações das pessoas e na organização da sociedade. O último nível ambiental da Teoria Bioecológica é constituído a partir das influências dessas macroinstituições, como dos costumes, padrões sociais, ideologias, crenças, cultura e subculturas da pessoa (Bronfenbrenner, 1979/2002; 2004).

Segundo a literatura transcultural (Heise, 1998; Hirigoyen, 2006; Saffioti, 2004; 2005; Shalhoub-Kevorkian, 1999), um dos maiores fatores macrossistêmicos que promovem a violência contra a mulher é o da masculinidade ser ligada, em algumas culturas, à dominação, ao controle e à honra. Em sociedades nas quais existe maior igualdade entre as relações de gênero e com baixo índice de violência, a família e a comunidade se sentem no direito e na obrigação de interferir na violência conjugal.

Pesquisas sugerem que em sociedades nas quais a religião predominante confere ao homem um lugar de dominação e de destaque, exista maior aceitação da violência contra a mulher (Saffioti, 2004). Segundo o Skandapurana, texto sagrado do Hinduismo, “a esposa deve se alimentar apenas após o marido (...); se ele (marido) a violentar, ela não pode perder sua têmpera (...). Ela nunca deve se sentar em um lugar mais elevado que seu esposo e nunca deve olhar irritadamente para ele” (Heise, 1998, p. 281).

Num estudo populacional com cerca de 6926 homens indianos, mais da metade concordaram que a esposa poderia ser punida fisicamente em circunstâncias de desrespeito ao marido e 30% confirmaram já ter violentado suas companheiras (Heise, 1998). Em algumas sociedades árabes, o corte do hímen e a costura dos grandes lábios são práticas aprovadas

pelas crenças locais que acreditam que o prazer sexual é proibido às mulheres (Saffioti, 2004; Shalhoub-Kevorkian, 1999).

Obviamente, os fatores macrossistêmicos não justificam nem explicam, por si, a violência cometida contra a mulher. Como, porém, observado nos estudos, é inegável a influência deles na violência de gênero. A violência existente em um sistema não ocorre por acaso, mas também é aprendida a partir de uma transmissão geracional, fazendo-se necessário compreender seu nascimento e seu desenvolvimento histórico (Bronfenbrenner, 1979/2002; 2004).

1.4 Nível Temporal

Microtempo, mesotempo e macrotempo – desta forma a Teoria Bioecológica divide o cronossistema (nível temporal). O microtempo refere-se à continuidade *versus* descontinuidade das relações bidirecionais das pessoas que sucedem em ambientes estáveis no aqui-e-agora. O mesotempo compreende os amplos intervalos, como dias, semanas, meses e anos, nos quais os episódios do microtempo ocorrem. Finalmente, o macrotempo destina-se aos eventos e às expectativas de mudanças que acontecem na ampla sociedade, tanto dentro como por intermédio das gerações, afetando e sendo afetados pela pessoa (Bronfenbrenner, 2004).

Nessa perspectiva, a violência de gênero é percebida tanto por meio de sua história microgenética (aqui e agora) como por sua história ontogenética, ou seja, agressor e vítima são compreendidos por suas inter-relações no seu meio ambiente ecológico em eventos atuais, mais distantes, em sua história geracional e na própria História.

Relatos históricos indicam que a violência contra a mulher é um fenômeno existente desde a Antigüidade clássica (Bauer, 2001), tendo suas origens nas relações de dominação masculina sobre a feminina, denominada de patriarcalismo. Segundo Saffioti (2004, 2005), a instauração do patriarcado teve seu início por volta do ano 3100 a.C., consolidando-se no ano

600 a.C. Antes desse período, existia uma igualdade entre gêneros, mas, com o advento da sociedade privada, ocorreu que o homem passou a desejar deter o poder, de modo exclusivo, dessa sociedade.

A própria etimologia de família (famulus em latim), que significa “as coisas e pertences do senhor”, indica essa ordem patriarcal (Engels, 1884/2002), que, atravessando as gerações de forma inconsciente como uma herança genealógica sociocultural, manteve por séculos a dominação masculina sobre a mulher e a família (Gomes, 2005). Narvaz, em seus estudos sobre transgeracionalidade e violência contra a mulher (Narvaz, 2002; Narvaz & Koller, 2004; 2006b; 2006c), assevera que a estrutura familiar patriarcal naturalizou as agressões masculinas contra a mulher e a passividade feminina a elas, conservando o ciclo da violência e do poder masculino.

Para Heise (1998), hábitos e condutas violentas provenientes de gerações anteriores podem ser transmitidos intergeracionalmente, existindo várias explicações para essa transmissão; dentre elas, a perspectiva da aprendizagem social é a mais referendada na literatura (Hirigoyen, 2006; Kwong et al., 2003; Renner & Slack, 2004; Simons, Whitbeck, Conger & Chyi-In, 1991).

Famílias abusivas que ensinam aos seus descendentes que o uso da violência é a forma mais viável para tratar os conflitos interpessoais (Bandura, 1973) aumentam em duas vezes a probabilidade de esses descendentes se tornarem agressores quando atingirem a idade adulta (Kwong et al., 2003). Esse efeito se torna ainda maior quando a mãe é quem transmite esse aprendizado, segundo Simons et al. (1991). Mulheres que sofreram violência quando criança e/ou presenciaram a mãe sofrer, costumam buscar parceiros violentos e tornar-se pessoas impotentes à violência (Renner & Slack, 2004). Essa impotência vulnera a mulher, fazendo-a não se defender durante as agressões e a permanecer com o parceiro (Hirigoyen, 2006).

Estudos longitudinais e retrospectivos (Barreto, Vidal, Bucher-Maluschke, 2004; Bucher-Maluschke, 2004; Dutton & Golland, 1997; Kwong et al., 2003; Renner & Slack,

2004) garantem também que muitos dos homens que cometem violência de gênero tiveram experiências infantis não saudáveis (passaram fome, foram abusados física e/ou sexualmente, dentre outros), tendo essas vivências ocorrido tanto dentro como por intermédio de uma geração. Experiências intrageracionais não saudáveis são tão potencializadoras no desenvolvimento de pessoas violentas quanto as intergeracionais, especialmente se essas experiências ocorrerem na infância.

Com suporte nessa revisão sob a óptica sistêmica acerca do fenômeno da violência de gênero, detectou-se que, dos estudos revisados, poucos tiveram o objetivo de investigar empiricamente o risco à agressão de pessoas que ainda não passaram ou não cometeram nenhuma violência (Crook et al., 2006; Harwell, et al., 2003; Koziol-McLain, Coates & Lowenstein, 2001; Krug et al., 2003; Rivara et al., 2007; Rivara et al., 2007).

Perante esse hiato, a presente pesquisa objetiva saber quais as características de prováveis vítimas e perpetradores à agressão de gênero em estudantes de graduação de Porto Alegre/RS, Brasil. Para nortear esta investigação, foram formuladas, com base na revisão de literatura, sete hipóteses para as causas da violência no casal.

CAPÍTULO 2

OBJETIVOS E HIPÓTESES

2.1 Objetivos

2.1.1 Objetivo geral

Conhecer as características de possíveis vítimas e possíveis agressores de violência de gênero em estudantes universitários.

2.2.2 Objetivos específicos

- a. identificar as possibilidade de as mulheres se tornarem mais vítimas do que os homens;
- b. identificar as variáveis contextuais propiciadoras da violência de gênero;
- c. conhecer as características sócio-demográficas de possíveis agressores e de possíveis vítimas universitários; e
- d. saber se a religiosidade de uma pessoa a torna mais susceptível a agressão conjugal.

2.2 Hipóteses

A partir da revisão bibliográfica foram levantadas sete hipóteses a serem testadas neste estudo que seguem:

H1. As mulheres são mais propícias à “vitimização” do que os homens.

H2. Os homens são mais possíveis agressores do que as mulheres.

- H3. Pessoas de nível socioeconômico baixo são possivelmente mais sujeitas à violência do que as de outros níveis sociais.
- H4. Moradores de áreas mais pobres – suburbanas – são mais susceptíveis à violência de gênero.
- H5. Quem é afiliado a religiões com ideologia de dominação masculina é mais tendente a se tornar agressor e a sofrer violência.
- H6. Pessoas com alto grau de religiosidade são mais passíveis de sofrer a violência de gênero.
- H7. Mulheres que se sujeitam à cultura patriarcal são mais propícias à violência.

CAPÍTULO 3

MÉTODO

3.1 Delineamento

Este estudo configura-se como um estudo quantitativo, com delineamento do tipo *survey*. A opção deste estudo pelo modelo quantitativo decorreu de sua possibilidade de predição e de dedução de causas e efeitos de um fenômeno por intermédio do fornecimento de dados gerais (Laville & Dionne, 1999).

Dentre os delineamentos quantitativos, o *survey* ou enquête por conseguir partir de percepções do senso-comum, tendo melhor capacidade de compreender comportamentos passados como previsão de futuros além de atitudes ao longo do tempo do que outros delineamentos (Creswell, 1994), mostrou-se mais apropriado para testar as hipóteses desta pesquisa.

3.2 Procedimentos

Os indicadores desta pesquisa provieram de um banco de dados resultado de uma coleta realizada em mais de 50 países, que objetivou compreender a personalidade e as atitudes sexuais de universitários com base em um questionário anônimo auto-aplicável (Schmitt, 2003). No Brasil, este levantamento foi realizado em Porto Alegre/RS (Koller, 2005), sendo o autor deste ensaio um dos membros da equipe que realizou a coleta dos dados.

O questionário desenvolvido por Schmitt (2003) contava com 553 variáveis divididas em quatro partes: (1) dados sócio-demográficos; (2) personalidade e bem-estar social; (3) atitudes sexuais; e (4) inventário sobre Saúde (Koller, 2005). Os dados sócio-demográficos buscaram informações pessoais e o histórico familiar do aplicando. Os instrumentos sobre

personalidade e bem-estar avaliavam diferentes características de personalidade, como auto-estima, bem-estar social, agressividade, dentre outros. As atitudes sexuais investigavam relações, comportamentos e condutas amorosas, uso de violência nessas relações, dentre outros.

Inicialmente, esse questionário anônimo auto-aplicável com 553 variáveis (Koller, 2005; Schmitt, 2003) foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde foi aplicado. Após sua aprovação (Anexo A), o questionário foi administrado em estudantes da UFRGS depois que cada possível respondente foi indagado se estava disposto a participar do experimento.

A cada participante foi pedido que lesse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), que segue os critérios éticos de pesquisa com seres humanos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Federal de Psicologia (Resolução 016/2000/CFP) e do Conselho Nacional de Saúde (Resolução 196/96/CNS), sendo entregue uma cópia assinada pelo pesquisador a cada participante.

Os dados foram coletados em sala, em horário de aula ou no intervalo, com autorização do professor da disciplina, sendo pré-agendada a aplicação com o professor e alunos com, no mínimo, uma semana de antecedência. Foi pedido aos aplicandos que sentassem longe um do outro o máximo possível, sendo assegurado pelo aplicador que ninguém visse as respostas um do outro.

Depois que os respondentes completaram os instrumentos, foi pedido que colocassem o questionário em um saco de plástico preto para manter o estudo anônimo. Após o encerramento da coleta, os dados foram transferidos pelo pesquisador para o computador e arquivados no almoxarifado da UFRGS.

Após ficarem guardados durante cinco anos, esses questionários serão destruídos, restando somente os dados do computador para assegurar a identidade dos participantes.

Apesar de não ter sido detectada nenhuma situação de desconforto dos estudantes em relação ao estudo, foi disponibilizado atendimento psicológico de urgência para quem tivesse necessidade.

Dessa coleta, foram selecionadas para este estudo 32 variáveis referentes à personalidade, às atitudes sexuais e aos dados sócio-demográficos dos participantes que fossem relacionadas às hipóteses desta investigação. Assim, foram incluídas 11 perguntas do questionário sócio-demográfico e as perguntas de três instrumentos mediam a violência de gênero: o *Aggressive Sexual Behavior Inventory*, o *Kalin Sex Role Ideology Measure* e o Sistema Comportamental de Sobrevivência a Fatores de Risco.

3.3 Instrumentos

3.3.1 Questionário sócio-demográfico

Do questionário sócio-demográfico originalmente desenvolvido por Schmitt et al (2003a, 2003b), composto por 21 questões, foram selecionadas 11 variáveis para compreender os aspectos relacionados aos níveis Pessoal, Processual, Contextual e Temporal dos estudantes, permitindo ampla caracterização da amostra (Anexo C). A relação das hipóteses empregadas nesta pesquisa e das variáveis do questionário foi dividida da seguinte forma:

- 1) Sexo – H1 e H2.
- 2) Curso.
- 3) Idade.
- 4) Orientação sexual.
- 5) Nível socioeconômico no qual foi educado na maior parte de sua vida – H3.
- 6) Nível socioeconômico atual – H3.

- 7) Contexto no qual foi educado na maior parte de sua vida – H4.
- 8) Contexto no qual reside atualmente – H4.
- 9) Número total de anos durante os quais frequentou a escola.
- 10) Afiliação religiosa – H5.
- 11) Grau de religiosidade – H6.

3.3.2 Questionário sobre a situação de risco à violência de gênero: Sistema Comportamental de Sobrevivência a Fatores de Risco

O Sistema Comportamental de Sobrevivência a Fatores de Risco (SCSFR) compreende perguntas utilizadas para medir a situação de risco à violência de gênero de homens e de mulheres com idade ≥ 18 anos e o possível surgimento de doenças decorrentes deste risco (Rivara, Anderson, Fishman, Bonomi, Reid, Carrell & Thompson, 2007). Criado em 1985 por Gentry e outros (Gentry et al, 1985; Remington et al, 1988), suas perguntas com respostas nominais, ou seja, “sim” ou “não”, possibilitam sua aplicação por telefone.

A resposta positiva a um ou mais “sim” das perguntas referente à situação de risco indica, neste instrumento, a possibilidade de o respondente poder sofrer, após aplicação do instrumento, alguma agressão física, sexual ou psicológica nos próximos quatro meses (Koziol-McLain, Coates & Lowenstein, 2001).

Preocupado com o elevado índice de violência de gênero, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA), a partir dos *Centers for Disease Control and Prevention*, patrocinou a aplicação do SCSFR em diversos Estados do país – Arkansas, Connecticut, Pennsylvania (Vest, Catlin, Chen & Brownson, 2002), Colorado (Koziol-McLain, Coates & Lowenstein, 2001), Geórgia (Buehler, Dixon, & Toomey, 1998), Idaho, New Mexico (Rivara, Anderson, Fishman, Bonomi, Reid, Carrell & Thompson, 2007), Massachusets (Hathaway,

Silverman, Aynalem, Mucci & Brooks, 2000; Hathaway, Mucci, Silverman, Brooks, Mathews & Pavlos, 2000), Montana (Harwell, Michael & Spence, 2000; Harwell, Moore & Spence, 2003), New York (CDC, 1996), Ohio (Vest, Catlin, Chen & Brownson, 2002) e Washington (Bensley, Macdonald, Van Eenwyk, Wyncoop & Ruggles, 2000). Sua aplicação nacional conseguiu estimar a prevalência da violência e descrever as características de homens e de mulheres que passaram e poderiam passar por esse tipo de experiência.

Após a aplicação do SCSFR em Washington (Bensley, Macdonald, Van Eenwyk, Wyncoop & Ruggles, 2000), foi excluído seu inventário sobre o surgimento de doenças referentes à violência por deixar o instrumento demasiado longo. Após essa exclusão, seus resultados passaram a apresentar alta fidedignidade e replicabilidade ($k > 0,79$), tornando-se um excelente instrumento a ser aplicado em outros contextos fora dos EUA (Koziol-McLain, Coates & Lowenstein, 2001).

Para o SCSFR poder ser aplicado no contexto brasileiro, contudo, realizou-se uma equivalência conceitual e semântica das três perguntas do teste (Rego, Barreto, Bucher-Maluschke & Almeida, 2007; Vasconcelos, Brito, Barreto, Bucher-Maluschke & Almeida, 2007).

Usado neste estudo para identificar possíveis vítimas de violência, a primeira pergunta do SCSFR é referente a ocorrência de violência física ou sexual no último ano; a questão ulterior condiz com sentimentos de insegurança quanto a violência; e sua última pergunta, refere-se ao fato da polícia ter sido chamada devido alguma briga ou agressão (ver Anexo D). Destas indagações, as respostas obtidas nesta pesquisa foram, 18 (4,7%) sim e 361 (95,3%) não para o primeiro item; 67 (17,7%) sim e 311 (82,3%) não para o item ulterior; e quatro (1,1%) sim e 374 (98,9%) não para o último item.

Compreendendo que quanto maior o número de respostas “sim”, maior a probabilidade de o respondente ser vítima, converteu-se as três perguntas do SCSFR em uma escala SCSFR de quatro pontos ($M=1,24$; $DP=0,49$), na qual nenhuma resposta “sim”

representaria o valor muito baixo (f=298; 79%), uma resposta “sim” o valor baixo (f=70; 18,6%), duas respostas “sim” o valor médio (f=8; 2,1%) e três respostas “sim” o valor alto (f=1; 0,3%).

3.3.3 Identificação de comportamentos agressivos: *Aggressive Sexual Behavior Inventory*

Desenvolvido por Mosher e Anderson (1986), o *Aggressive Sexual Behavior Inventory* (SBI) é um instrumento que objetiva avaliar comportamentos sexuais agressivos ocorridos em relações amorosas e interações sociosexuais, identificando possíveis agressores e agressoras de gênero.

Esse instrumento faz uso de uma escala *Likert* de sete pontos para cada pergunta – 1 (nunca) até 7 (extremamente freqüente) – e contém 10 itens (Anexo E). Sua avaliação é somatória, sendo o resultado correspondente ao índice global de agressão. Para avaliação dos escores por faixas, o instrumento foi dividido em três níveis: baixo, médio e alto (baixo, os pontos um e dois; médio, dos pontos três a cinco; e alto, os pontos seis e sete) (ver a Tabela 01). Neste estudo, o índice de consistência interna, *Alpha de Cronbach* (α), obtido foi de 0,68, sendo um valor aceitável para análises psicométricas (Dancey & Reidy, 2006).

3.3.4 Medida de ideologia de gênero: *Kalin Sex Role Ideology Measure*

Criado por Kalin e Tilby em 1978, o instrumento *Kalin Sex Role Ideology Measure* (KSRIM) usa uma escala de sete pontos para cada uma de suas oito perguntas, 1 (discordo fortemente) até 7 (concordo fortemente). Por sua avaliação somatória, é possível compreender como o aplicando percebe os gêneros masculino e feminino (Anexo F). Com suporte nesse instrumento, torna-se possível analisar o quanto traços da cultura patriarcal (hipótese sete) estão presentes no aplicando.

Objetivando determinar níveis psicométricos hierárquicos, o instrumento foi dividido em baixo (escores um e dois), médio (escores três, quatro e cinco) e alto (escores seis e sete) (ver a Tabela 01). Nesta pesquisa, ele mostrou muito baixa consistência interna, com $\alpha=0,28$ (Ebrahim & Sullivan, 1999). Mesmo que itens do instrumento fossem excluídos e os níveis hierárquicos novamente organizados, o valor máximo de consistência interna atingido seria de 0,34.

Acredita-se que, pelo fato de o KSRIM não ser adaptado para a realidade cultural brasileira, e, principalmente, ser bastante antigo, seu *alpha de Cronbach* tenha atingido um nível de poder de explicação muito baixo (Ebrahim & Sullivan, 1999). Assim, apesar de saber da importância dele para testar a hipótese sete, optou-se por excluir os resultados do KSRIM nesta pesquisa.

TABELA 1
 Frequência, percentagem, média e desvio-padrão dos instrumentos, SBI e KSRIM

Instrumentos	Baixo		Médio		Alto		M	DP
	f	%	f	%	f	%		
SBI							11,77	3,44
Item 1	336	89,1	38	10,1	3	0,8	1,12	0,34
Item 2	282	74,8	79	21,0	16	4,2	1,29	0,54
Item 3	370	98,4	5	1,3	1	0,3	1,02	0,15
Item 4	369	97,9	6	1,6	2	0,5	1,03	0,19
Item 5	374	99,2	3	0,8	-	-	1,01	0,09
Item 6	373	99,2	3	0,8	-	-	1,01	0,09
Item 7	375	99,5	2	0,5	-	-	1,01	0,07
Item 8	374	99,2	3	0,8	-	-	1,01	0,09
Item 9	371	98,4	6	1,6	-	-	1,02	0,12
Item 10	373	98,9	4	1,1	-	-	1,01	0,10
KSRIM							34,73	5,45
Item 1	283	74,5	65	17,1	32	8,4	1,34	0,63
Item 2	35	9,2	66	17,4	279	73,4	2,64	0,64
Item 3	103	27,1	135	35,5	142	37,4	2,10	0,80
Item 4	47	12,4	91	24,1	240	63,5	2,51	0,71
Item 5	123	32,5	118	31,1	138	36,4	2,04	0,83
Item 6	195	51,5	108	28,5	76	20,1	1,69	0,79
Item 7	301	79,2	51	13,4	28	7,4	1,28	0,59
Item 8	46	12,1	67	17,6	267	70,3	2,58	0,70

Fonte: pesquisa direta

3.4 Participantes

A amostra selecionada foi de 211 mulheres e de 174 homens brasileiros estando esses obrigatoriamente matriculados em instituição de ensino superior na cidade de Porto Alegre/RS. A seleção dos participantes foi feita por amostra por conveniência (Ebrahim & Sullivan, 1999), sendo a participação absolutamente voluntária e não recebendo nenhum crédito extra ou qualquer quantia em dinheiro para fazer parte do estudo. A escolha dos estudantes não levou em conta critério de idade ou de raça; também não foi relevante para a pesquisa o semestre que cursavam.

O cálculo amostral foi feito no programa *Power Analysis and Sample Size* (NCSS Incorporation, 2005), que levou em consideração o nível de significância menor ou igual a 0,05 ($p < 0,05$). O poder de explicação usado foi de 95%, utilizando dois graus de liberdade. O

efeito do gênero calculado foi de 0,2 – entre pequeno de 0,1 e médio de 0,3. Nestas condições, o cálculo previu uma amostra de 387 participantes.

3.5 Análise de dados

As análises foram realizadas por um banco de dados estatístico para Ciências Sociais (SPSS/PC+) (SPSS Incorporation, 2005) – programa comprado pela Unifor – e discutidas de acordo com os níveis da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1978/2002, 2004).

Para determinar a possibilidade à violência de gênero fez-se uso do somatório do SBI, as respostas nominais do SCSFR e a escala do SCSFR, sendo primeiramente exibidas as análises relativas aos dados sócio-demográficos e as respostas nominais e escala do SCSFR para posteriormente às análises dos dados sócio-demográficos e o somatório do SBI.

As análises feitas, em seqüência, serão – análise descritiva, análises de medidas de força de associação entre as variáveis dependentes e as causais (cruzamento de tabelas); comparação de médias para amostras independentes (teste *t* de Student); análise de variância univariada (ANOVA); cálculo de correlação; e análise de regressão.

Estatisticamente (Barker, Pistrang & Elliott, 1996; Dancey & Reidy, 2006; Ebrahim & Sullivan, 1999; Hoel, 1969; Wagner, 2004), o nível de significância adotado em pesquisas não-exploratórias é de <0,05, ou seja, quando refeitas, 95 por cento das afirmações encontradas são válidas e cinco por cento não.

Mesmo adotando esse nível de probabilidade, maior indulgência de até <0,08 é aceita em pesquisas de Psicologia para representar tendência significativa; acima deste valor, porém, compreende-se como probabilidade não significativa (ns) (Barker, Pistrang & Elliott, 1996).

É relevante estabelecer também que, em virtude de a técnica de amostragem por conveniência e de a aplicação do questionário ter sido demasiado longa (uma hora,

aproximadamente), não foi possível uma distribuição balanceada em muitas das caselas das variáveis, interferindo em algumas das análises.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS E DISCUSSÃO²

Seguindo orientações de apresentação de dados de Bardagi (2007), os resultados serão mostrados gradualmente por tema e grau de robustez de cálculo para sua melhor visualização. Sua discussão será expressa levando-se em consideração as dimensões do modelo teórico adotado nesta pesquisa – Pessoal, Processual, Contextual e Temporal, de Bronfenbrenner (1978/2002, 2004).

A dimensão Temporal foi prejudicada neste estudo pela exclusão dos resultados do instrumento KSRIM, que apresentou baixa consistência interna, mas, com base na análise das variáveis: (1) nível socioeconômico no qual o estudante foi educado; e (2) área na qual o universitário foi educado durante a maior parte de sua vida, será possível avaliar a interferência do Tempo na probabilidade à violência de gênero.

No nível Contextual, serão quatro as variáveis sócio-demográficas relacionadas com possibilidade de “vitimização” e de agressão: (1) nível socioeconômico atual; (2) contexto no qual os acadêmicos residem atualmente; (3) afiliação religiosa; e (4) grau de religiosidade. No Processo, serão identificadas se um possível agressor pode se tornar vítima e vice-versa.

Por fim, para compreender a vulnerabilidade à violência de gênero na dimensão Pessoal, far-se-á discussão das características sexo, idade, tempo de educação formal e curso. No Quadro 2, resumem-se os fatores considerados relacionados à violência de gênero nesta pesquisa.

² Os resultados e discussão deste estudo foram encaminhados para publicação para a revista *Cadernos de Saúde Pública*.

QUADRO 2

Fatores relacionados ao risco à violência de gênero nesta pesquisa

Nível Pessoal	Nível Processual	Nível Contextual	Nível Temporal
Sexo	SBI x SCSFR	Classe atual	Classe que viveu
Idade	SCSFR x SBI	Área que vive	Área que viveu
Tempo de educação		Afiliação religiosa	KSRIM*
Curso		Grau de crença	

* excluído da análise e da discussão por baixa consistência interna

Fonte: pesquisa direta

4.1 Resultados

4.1.1 Dados relativos ao questionário sócio-demográfico

Referente aos dados sócio-demográficos, constatou-se que existem mais mulheres (54,8%; f=211) na amostra do que homens (45,2%; f=174), como também mais heterossexuais (97,1%; f=374) do que pessoas de orientação sexual homossexual e bissexual (2,9%; f=11). Dada a baixa frequência de homossexuais e bissexuais não foram realizadas nesta pesquisa outras análises com a variável orientação sexual.

Foi verificado na análise de frequência das características dos universitários que sua idade compreendia entre 15-57 anos (M=22,70; DP=5,80); entretanto, como estudantes com idades de 15 e 16 anos (0,5%; f=2) não teriam como ingressar na universidade, esses dados foram retirados da amostra por serem considerados erros. Pessoas também com idade entre 41 e 57 anos (2,1%; f=10) foram excluídos por não representarem a faixa etária normal da população pesquisada (Bardagi, 2007). Assim, a idade da amostra ficou compreendida entre 17 e 40 anos (M=21; DP=4,13).

De acordo com Papalia, Olds e Felman (2006), o desenvolvimento humano pode ser dividido em seis períodos: pré-natal (concepção ao nascimento), infância (zero aos 11 anos), adolescência (11 aos 20 anos), jovem adultez (20 aos 40 anos), meia-idade (40 aos 65 anos) e velhice (65 anos em diante). Seguindo essa orientação conceitual, dividiu-se a amostra em

adolescentes de 17 a 20 anos (41,6%; f=155) e jovens adultos de 21 a 25 anos (44%; f=164), de 26 a 30 anos (9,1%; f=34) e de 31 a 40 anos (5,4%; f=20).

Quanto à classe social dos alunos de graduação, para obtenção de uma distribuição mais balanceada entre as caselas dessas variáveis, foram agrupadas as classes alta e média-alta em apenas uma classe – classe alta – e as classes média-baixa e baixa em classe baixa. Assim, a maioria dos respondentes pertence e foi educada na classe média, 56,5% (f=217) no primeiro caso e 53,8% (f=207) no segundo. Em seguida ficou a classe alta tanto para quem pertence atualmente (25,5%; f=95) como para quem foi educado nela (27,8%; f=107). Por último, apenas 18% (f=69) da amostra pertence e 18,4% (f=71) foi educado na classe baixa.

A maioria da amostra tinha de 10 a 15 anos de educação formal (59,1%), sendo a média de 15,25 anos (DP=3,39). Seis participantes foram considerados erros e excluídos por que responderam valores impossíveis de serem reais – um, sete, nove, 35 e 50 anos de educação formal, incluindo a escola primária. Para obtenção de uma distribuição empírica, as idades foram divididas em 10-13 anos (25,6%; f=97), 14-16 anos (49,3%; f=187) e 17-25 anos (25,1%; f=95).

Os cursos da área de Ciências sociais aplicadas (42,6%; f=163) foram os que obtiveram maior representatividade nesta pesquisa, seguidos pelos cursos das áreas de Ciências da saúde, biológicas e agrárias (26,4%; f=101), Ciências humanas, lingüísticas, letras e artes (24%; f=92) e Ciências exatas, da terra e engenharias (7%; f=27).

Foram percebidos, com referência à área onde os estudantes vivem e foram educados, semelhanças na predominância na área urbana, seguida da área suburbana e da rural. Estudantes que foram educados na área rural contabilizaram 13 (3,4%), na área urbana, 353 (91,7%) e na área suburbana, 19 (4,9%). Os que vivem atualmente na área suburbana foram 14 (3,6%), na área urbana, 366 (95,1%) e na área rural, cinco (1,3%) – decorrente da baixa freqüência não foram realizadas outras análises com os estudantes que moram na área rural.

Diante do contexto gaúcho (Santos, 1999), compreende-se a área rural como todas as cidades do Rio Grande do Sul, com exceção de sua capital; a área suburbana como as regiões mais pobres de Porto Alegre; e a área urbana como os locais mais bem estruturados em habitação, educação, saúde, segurança.

Confirmando o que outros estudos já assinalam sobre a religiosidade brasileira (Rios, 2007), a maioria dos participantes são afiliados a religião Católica, 200 (51,9%); 31 (8,1%) Espírita; 18 (4,7%) Evangélica; 110 (28,6%) sem nenhuma religião; e 26 (6,8%) ligados a outras religiões – cinco não especificaram qual religião, cinco judeus, quatro budistas, dois agnósticos, dois luteranos, dois pagãos, um daimista, um ortodoxo, um shamanista, um umbandista, um cavaleiro de jedi.

Quanto ao grau de crença religiosa que foi medido por uma escala do tipo *Likert* de sete pontos, para tentar estabelecer níveis hierárquicos psicométricos, os valores de crença religiosa foram convertidos em baixa (33,5%), que correspondia às medidas um e dois; média (40,4%), referente aos itens três e quatro; e alta (26,1%), indicando o intervalo cinco ao sete ($M=3,36$; $DP=1,65$).

4.1.2 Dados relativos ao questionário sócio-demográfico e instrumento que prediz vulnerabilidade à violência de gênero

A análise de cruzamento de tabelas ou contingência de tabelas mostra as relações entre duas ou mais variáveis categóricas (ordinal ou nominal). Para calcular essa associação de medidas, fez-se uso dos testes qui-quadrado (χ^2) e o de Fisher, que verificam a diferença de distribuição entre a frequência da amostra esperada e a observada. A distinção entre esses dois testes é que o segundo é recomendado para amostras menores ou iguais a 20 (Hoel, 1969).

Os resultados dessa análise com o instrumento SCSFR encontraram nível de associação ($p<0,05$) para vulnerabilidade a violência de gênero nas características, (1) nível

socioeconômico atual, (2) sexo, (3) tempo de educação formal, (4) curso, (5) área em que o estudante foi educado e (6) afiliação religiosa. Em menor nível de probabilidade de sofrer violência ($p < 0,08$), a associação de medidas indicou as variáveis grau de crença religiosa e áreas onde os estudantes vivem atualmente, todos os demais resultados não foram significativos, como mostram as Tabelas 2, 3, 4 e 5.

TABELA 2

Características que predizem vulnerabilidade à violência de gênero, segundo o primeiro item das respostas nominais do SCSFR

Características	sim		não		χ^2	p
	f	%	f	%		
Sexo					0,22	0,64
mulher	9	4,3	201	95,7		
homem	9	5,3	160	94,7		
Idade (anos)					0,87	0,83
17 - 20	9	5,8	145	94,2		
21 - 25	6	3,7	156	96,3		
26 - 30	2	5,9	32	94,1		
31 - 40	1	5,3	18	94,7		
Tempo de educação formal (anos)					4,11	0,13
10 - 13	2	2,1	95	97,9		
14 - 16	4	7,1	135	92,9		
17 - 25	1	3,3	10	96,7		
Curso					3,66	0,30
Ciências Exatas, da Terra e engenharias	2	7,7	24	92,3		
Ciências Humanas, lingüísticas, letras e artes	3	3,3	89	96,7		
Ciências da Saúde, Biológicas e Agrárias	2	2	99	98		
Ciências Sociais Aplicadas	10	6,3	148	93,7		
Classe econômica que foi educado					4,09	0,13
classe alta	2	1,9	104	98,1		
classe média	10	5	192	95		
classe baixa	6	8,5	65	91,5		
Classe econômica atual					7,57	0,02*
classe alta	1	1	96	99		
classe média	10	4,7	203	95,3		
classe baixa	7	10,3	61	89,7		
Área em que foi educado					0,27	0,87
rural	1	7,7	12	92,3		
urbana	16	4,6	331	95,4		
suburbana	1	5,3	18	94,7		
Área onde vive atualmente					2,849	0,14
urbana	16	4,4	344	95,6		
suburbana	2	14,3	12	85,7		
Afiliação religiosa					4,08	0,40
católico	8	4,1	189	95,9		
evangélico	2	11,1	16	88,9		
espírita	-	-	30	100		
nenhum	7	6,5	101	93,5		
outra	1	3,8	25	96,2		
Grau de crença religiosa					0,29	0,86
baixa	5	4	119	96		
média	8	5,4	140	94,6		
alta	5	5,1	93	94,9		

* $p < 0,05$

Fonte: pesquisa direta

TABELA 3

Características que predizem vulnerabilidade à violência de gênero, segundo o segundo item das respostas nominais do SCSFR

Características	sim		não		χ^2	p
	f	%	f	%		
Sexo					4,44	0,04*
mulher	45	21,4	165	78,6		
homem	22	13,1	146	86,9		
Idade (anos)					0,85	0,84
17 - 20	28	18,2	126	81,8		
21 - 25	31	19,1	131	80,9		
26 - 30	6	18,2	27	81,8		
31 - 40	2	10,5	17	89,5		
Tempo de educação formal (anos)					0,41	0,81
10 - 13	19	19,6	78	80,4		
14 - 16	31	16,8	153	83,2		
17 - 25	15	16,5	76	83,5		
Curso					8,14	0,04*
Ciências Exatas, da Terra e engenharias	5	20	20	80		
Ciências Humanas, lingüísticas, letras e artes	12	13	80	87		
Ciências da Saúde, Biológicas e Agrárias	27	26,7	74	73,3		
Ciências Sociais Aplicadas	23	14,6	135	85,4		
Classe econômica que foi educado					0,08	0,96
classe alta	18	17	88	83		
classe média	36	17,8	166	82,2		
classe baixa	13	18,6	57	81,4		
Classe econômica atual					1,18	0,55
classe alta	17	17,5	80	82,5		
classe média	41	19,2	172	80,8		
classe baixa	9	13,4	58	86,6		
Área em que foi educado					3,55	0,17
rural	4	30,8	9	69,2		
urbana	62	17,9	284	82,1		
suburbana	1	5,3	18	94,7		
Área onde vive atualmente					2,90	0,08**
urbana	66	18,3	294	81,7		
suburbana	-	-	13	100		
Afiliação religiosa					2,75	0,60
católico	30	15,2	167	84,8		
evangélico	3	17,6	14	82,4		
espírita	8	26,7	22	73,3		
nenhum	21	19,4	87	80,6		
outra	5	19,2	21	80,8		
Grau de crença religiosa					5,14	0,08**
baixa	24	19,5	99	80,5		
média	31	20,9	117	79,1		
alta	10	10,2	88	89,8		

* $p < 0,05$ ** $p < 0,08$

Fonte: pesquisa direta

TABELA 4

Características que predizem vulnerabilidade à violência de gênero, segundo o terceiro item das respostas nominais do SCSFR

Características	sim		não		χ^2	p
	f	%	f	%		
Sexo					0,05	1,0
mulher	2	1	208	99		
homem	2	1,2	166	98,8		
Idade (anos)					4,21	0,24
17 - 20	3	1,9	151	98,1		
21 - 25	-	-	162	100		
26 - 30	1	3	32	97		
31 - 40	-	-	19	100		
Tempo de educação formal (anos)					5,79	0,05**
10 - 13	3	3,1	93	96,9		
14 - 16	-	-	184	100		
17 - 25	1	1,1	91	98,9		
Curso					0,35	0,95
Ciências Exatas, da Terra e engenharias	-	-	26	100		
Ciências Humanas, lingüísticas, letras e artes	1	1,1	91	98,9		
Ciências da Saúde, Biológicas e Agrárias	1	1	100	99		
Ciências Sociais Aplicadas	2	1,3	155	98,7		
Classe econômica que foi educado					0,11	0,94
classe alta	1	0,9	105	99,1		
classe média	2	1	200	99		
classe baixa	1	1,4	69	98,6		
Classe econômica atual					1,40	0,50
classe alta	-	-	97	100		
classe média	3	1,4	210	98,6		
classe baixa	1	1,5	66	98,5		
Área em que foi educado					10,04	0,07***
rural	1	8,3	11	91,7		
urbana	2	0,6	345	99,4		
suburbana	1	5,3	18	94,7		
Área onde vive atualmente					5,05	0,14
urbana	3	0,8	356	99,2		
suburbana	1	7,1	13	92,9		
Afiliação religiosa					21,25	0,001*
católico	-	-	196	100		
evangélico	2	11,1	16	88,9		
espírita	1	3,3	29	96,7		
nenhum	1	0,9	107	99,1		
outra	-	-	26	100		
Grau de crença religiosa					1,35	0,51
baixa	1	0,8	123	99,2		
média	2	1,4	145	98,6		
alta	-	-	98	100		

* $p < 0,01$ ** $p < 0,05$ *** $p < 0,08$

Fonte: pesquisa direta

TABELA 5
Características que predizem vulnerabilidade à violência de gênero, segundo a Escala SCSFR

Características	Muito Baixo		Baixo		Médio		Alto		χ^2	<i>p</i>
	f	%	f	%	f	%	f	%		
Sexo									2,45	0,48
mulher	162	77,1	41	19,5	6	2,9	1	0,5		
homem	136	81,4	29	17,4	2	1,2	-	-		
Idade (anos)									13,61	0,14
17 - 20	119	77,3	30	19,5	5	3,2	-	-		
21 - 25	127	78,4	33	20,4	2	1,2	-	-		
26 - 30	26	81,3	4	12,5	1	3,1	1	3,1		
31 - 40	16	84,2	3	15,8	-	-	-	-		
Tempo de educação formal (anos)									4,04	0,67
10 - 13	75	78,1	19	19,8	1	1	1	1		
14 - 16	145	78,8	34	18,5	5	2,7	-	-		
17 - 25	74	81,3	15	16,5	2	2,2	-	-		
Curso									10,22	0,33
Ciências Exatas, da Terra e engenharias	19	76	5	20	1	4	-	-		
Ciências Humanas, lingüísticas, letras	76	82,6	16	17,4	-	-	-	-		
Ciências da Saúde, Biológicas e Agrárias	73	72,3	26	25,7	2	2	-	-		
Ciências Sociais Aplicadas	129	82,2	22	14,0	5	3,2	1	0,6		
Classe econômica que foi educado									5,42	0,49
classe alta	87	82,1	17	16,0	2	1,9	-	-		
classe média	158	78,2	40	19,8	4	2	-	-		
classe baixa	53	76,8	13	18,8	2	2,9	1	1,4		
Classe econômica atual									2,14	0,91
classe alta	80	82,5	16	16,5	1	1	-	-		
classe média	166	77,9	41	19,2	5	2,3	1	0,5		
classe baixa	51	77,3	13	19,7	2	3	-	-		

Área em que foi educado										31,78	0,001*
rural	8	66,7	3	25	-	-	1	8,3			
urbana	274	79,2	64	18,5	8	2,3	-	-			
suburbana	16	84,2	3	15,8	-	-	-	-			
Área onde vive atualmente										0,48	0,92
urbana	284	79,1	66	18,4	8	2,2	1	0,3			
suburbana	10	76,9	3	23,1	-	-	-	-			
Afiliação religiosa										31,62	0,002*
católico	164	83,7	26	13,3	6	3,1	-	-			
evangélico	12	70,6	4	23,5	-	-	1	5,9			
espírita	21	70	9	30	-	-	-	-			
nenhum	81	75	25	23,1	2	1,9	-	-			
outra	20	76,9	6	23,1	-	-	-	-			
Grau de crença religiosa										6,41	0,38
baixa	95	77,2	26	21,1	2	1,6	-	-			
média	112	76,2	30	20,4	4	2,7	1	0,7			
alta	85	86,7	11	11,2	2	2	-	-			

* $p < 0,01$

Fonte: pesquisa direta

Mesmo que neste estudo tenha encontrado significância quanto ao tempo de educação formal e afiliação religiosa, e tendência significativa para a área em que o universitário foi educado e vive atualmente, segundo item 3 do SCSFR (ver Tabela 3), os resultados foram desconsiderados por uma má distribuição das caselas desta variável. Pela mesma razão estatística, foram descartados os resultados da área em que o estudante foi educado e vive atualmente segundo cruzamento de tabela com a escala SCSFR (ver Tabela 5) e do segundo item do SCSFR (ver Tabela 3). Deduz-se que esta má distribuição tenha ocorrido pelo fato de os sujeitos da pesquisa já estarem cansados, já que o item terceiro do SCSFR era a última questão de todo questionário (Koller, 2005; Schmitt, 2003).

O teste *t* de Student foi utilizado nesta pesquisa para averiguar a existência de diferença significativa entre o valor das médias obtidas entre os grupos sexo e área que vive atualmente segundo as respostas da escala do SCSFR (Dancey & Reidy, 2006). Nessa análise, não foram observadas diferenças estatísticas tanto para o sexo dos estudantes, mulheres ($f=210$; $M=1,27$; $DP=0,53$) e homens ($f=167$; $M=1,20$; $DP=0,43$) ($t=1,36$; $df=375$; $p<0,17$), quanto para a área, urbana ($f=359$; $M=1,24$; $DP=0,49$) e suburbana ($f=13$; $M=1,23$; $DP=0,44$) ($t=0,04$; $df=370$; $p<0,83$).

O procedimento da ANOVA é utilizado geralmente para comparar médias de três ou mais grupos, objetivando identificar a existência de diferença entre eles, sendo esta análise uma extensão do teste *t* de Student. Quando o resultado da ANOVA é estatisticamente significativo, aplica-se o teste de Tukey para saber os pares de médias que diferem (Hoel, 1969; Wagner, 2004). Conforme indicado na Tabela 6, a ANOVA mostrou que não houve diferença significativa em nenhuma das características sócio-demográficas dos estudantes de graduação, tendo como variável dependente a escala do SCSFR.

TABELA 6
Análise de variância para a variável dependente da escala SCSFR

Variável independente	M	DP	df	F	p
Entre os sujeitos					
Idade (anos)			3	0,36	0,78
17 - 20	1,26	1,51			
21 - 25	1,23	1,45			
26 - 30	1,28	1,68			
31 - 40	1,16	1,37			
Tempo de educação formal (anos)			2	0,18	0,83
10 - 13	1,25	0,52			
14 - 16	1,24	0,49			
17 - 25	1,21	0,46			
Curso do aplicando			3	1,12	0,34
Ciências Exatas, da Terra e engenharias	1,28	0,54			
Ciências Humanas, lingüísticas, letras e artes	1,17	0,38			
Ciências da Saúde, Biológicas e Agrárias	1,30	0,50			
Ciências Sociais Aplicadas	1,22	0,53			
Classe econômica que foi educado			2	0,74	0,48
classe alta	1,20	0,45			
classe média	1,24	0,47			
classe baixa	1,29	0,60			
Classe econômica atual			2	0,71	0,49
classe alta	1,19	0,42			
classe média	1,25	0,51			
classe baixa	1,26	0,51			
Área em que foi educado			2	2,02	0,13
rural	1,50	0,90			
urbana	1,23	0,47			
suburbana	1,16	0,37			
Afiliação religiosa			4	1,16	0,33
católico	1,19	0,47			
evangélico	1,41	0,79			
espírita	1,30	0,47			
nenhum	1,27	0,48			
outra	1,23	0,43			
Grau de crença religiosa			2	1,99	0,14
baixa	1,24	0,47			
média	1,28	0,55			
alta	1,15	0,41			

* $p < 0,05$

Fonte: pesquisa direta

A correlação e a regressão compreendem os métodos de análises mais utilizados estatisticamente para descrever a associação entre duas variáveis. O primeiro deles mede a associação linear entre duas variáveis. O outro quantifica o efeito que uma variável independente tem sobre uma dependente, sempre considerando o efeito das outras independentes. Podem ingressar nesse modelo estatístico as variáveis cujos testes de qui-quadrado, *t* de Student, ANOVA e correlação obtiveram níveis de significância ou de tendência significativa por serem as mais importantes (Dancey & Reidy, 2006; Wagner, 2004).

Para analisar a correlação entre os dados sócio-demográficos e a escala SCSFR, fez-se uso da correlação de Kendall (τ), que apresenta a relação entre duas variáveis medidas por escalas ordinais. Basicamente, este coeficiente mede a diferença entre a probabilidade de as classificações estarem na mesma ordem e a probabilidade de estarem em ordens diferentes, sendo essas dadas mediante as frequências relativas e esperadas (Hoel, 1969; Veloso, 2005). A Tabela 7 apresenta as correlações obtidas, não havendo significância com a escala SCSFR para nenhuma das variáveis.

TABELA 7

Correlação entre as variáveis escalares dos dados sócio-demográficos e a escala SCSFR

Grupos	τ	<i>p</i>
Escala SCSFR x Idade	-0,06	0,22
Escala SCSFR x Tempo de educação formal	-0,02	0,60
Escala SCSFR x Classe econômica que foi educado	0,05	0,34
Escala SCSFR x Classe econômica atual	0,05	0,35
Escala SCSFR x Grau de crença religiosa	-0,07	0,13

Fonte: pesquisa direta

Para poder realizar a análise de regressão das respostas nominais do SCSFR, fez-se uso da análise de regressão do tipo logística, porquanto esta pode ser utilizada para grupos de variáveis com duas categorias. E para obter o resultado da regressão na escala SCSFR, adotou-se a análise de regressão do tipo linear, que estima o coeficiente da equação linear, podendo ser a variável dependente uma escala ordinal ou intervalar (Wagner, 2004).

Pode ser observado pelos resultados da análise de regressão, expressos na Tabela 8, que as variáveis que tiveram efeito significativo foram quatro: (1) sexo; (2) classe econômica atual; (3) curso do aplicando; e (4) grau de crença religiosa.

TABELA 8

Resumo de análise de regressão para variáveis que predizem comportamento sexual agressivo e “vitimização”

Instrumentos/ Características	B	EP B	β	<i>p</i>
SCSFR (item 1)				
Classe econômica atual	-1,03	0,39	0,36	0,01*
SCSFR (item 2)				
Sexo	0,69	0,30	2,00	0,02*
Curso do aplicando	-0,30	0,14	0,74	0,03*
Grau de crença religiosa	0,41	0,19	1,50	0,03*
Escala SCSFR				
Afiliação religiosa	0,02	0,02	0,06	0,24

* $p < 0,05$

Fonte: pesquisa direta

4.1.3 Dados relativos ao questionário sócio-demográfico e instrumento que prediz comportamento sexual agressivo

Precedida a comparação de médias realizada pelo teste *t* de Student das variáveis sexo e orientação sexual com o somatório do SBI, foi encontrada diferença significativa entre a área onde se vive atualmente, urbana ($f=356$; $M=11,68$; $DP=3,07$) e suburbana ($f=14$; $M=14,21$; $DP=8,61$) ($t=-2,72$; $df=368$; $p<0,001$), e no sexo dos estudantes, mulheres ($f=167$; $M=11$; $DP=2,95$) e homens ($f=208$; $M=12,73$; $DP=3,77$) ($t=-4,99$; $df=373$; $p<0,001$). A Tabela 9 apresenta os resultados da ANOVA, não sendo nenhum dos resultados.

TABELA 9
Análise de variância para a variável dependente SBI

Variável independente	M	DP	df	F	p
Entre os sujeitos					
Idade (anos)			3	0,69	0,56
17 - 20	11,69	3,84			
21 - 25	11,97	3,17			
26 - 30	11,24	2,65			
31 - 40	11,16	1,89			
Tempo de educação formal (anos)			2	0,85	0,43
10 - 13	11,57	3,93			
14 - 16	11,59	3,03			
17 - 25	12,11	3,30			
Curso do aplicando			3	0,37	0,78
Ciências Exatas, da Terra e engenharias	11,73	2,41			
Ciências Humanas, lingüísticas, letras e artes	11,76	4,28			
Ciências da Saúde, Biológicas e Agrárias	11,49	2,73			
Ciências Sociais Aplicadas	11,96	3,48			
Classe econômica que foi educado			2	0,17	0,84
classe alta	11,71	3,09			
classe média	11,86	3,87			
classe baixa	11,61	2,62			
Classe econômica atual			2	1,73	0,18
classe alta	11,63	2,64			
classe média	12,04	4,00			
classe baixa	11,18	2,43			
Área em que foi educado			2	1,50	0,22
rural	11,08	2,14			
urbana	11,73	3,12			
suburbana	13,00	7,48			
Afiliação religiosa			4	0,99	0,41
católico	11,59	3,51			
evangélico	11,56	2,71			
espírita	11,80	3,35			
nenhum	11,83	3,38			
outra	13,00	3,74			
Grau de crença religiosa			2	1,11	0,33
baixa	12,11	3,52			
média	11,49	3,44			
alta	11,70	3,23			
Escala SCSFR			3	1,25	0,29
baixo	11,60	3,39			
médio	12,43	3,73			
alto	12,25	3,06			
muito alto	14,00	-			

Fonte: pesquisa direta

Para poder efetuar análise a correlação do somatório do SBI, adotou-se a correlação de Spearman (r_s), que mede o grau de dependência linear ou a intensidade de associação entre a variável ordinal sobre as variáveis intervalares (Dancey & Reidy, 2006).

A Tabela 10 apresenta todos os resultados da correlação de Spearman, segundo essas análises, foi encontrada diferença significativa na correlação com o tempo durante o qual o estudante frequentou a escola e com a escala SCSFR.

TABELA 10
Correlação entre as variáveis dos dados sócio-demográficos, escala SCSFR e o somatório do SBI

Grupos	r_s	p
SBI x Idade	0,05	0,31
SBI x Tempo de educação formal	0,12	0,02*
SBI x Classe econômica em que foi educado	-0,01	0,94
SBI x Classe econômica atual	-0,08	0,14
SBI x Grau de crença religiosa	-0,07	0,20
SBI x Escala SCSFR	0,12	0,02*

* $p < 0,05$

Fonte: pesquisa direta

As variáveis selecionadas na análise de regressão linear foram quatro: (1) sexo; (2) Área onde vive atualmente; (3) tempo de educação formal; e (4) escala SCSFR. Segundo o resultado dessa análise, houve significância para todas as variáveis (ver Tabela 11).

TABELA 11
Resumo de análise de regressão para variáveis que predizem comportamento sexual agressivo

Variável	B	EP B	β	p
SBI				
Sexo	1,69	0,35	0,24	0,001*
Área onde vive atualmente	1,57	0,78	0,10	0,04**
Tempo de educação formal	0,12	0,06	0,10	0,04**
Escala SCSFR	0,82	0,35	0,12	0,02**

* $p < 0,01$ ** $p < 0,05$

Fonte: pesquisa direta

4.2 Discussão

4.2.1 Nível Pessoal

À vista dos resultados, foi possível confirmar as hipóteses primeira e segunda deste estudo nas quais as mulheres são possivelmente mais vulneráveis a violência do que os homens, e estes são mais propensos a serem agressores do que o sexo oposto, comprovando que o gênero é um fator causador de violência nas relações.

Para Saffioti (1998, 1999) e Ferreira (1989), o sexo em si não é causador da agressão de gênero, mas as divisões e as atribuições assimétricas de características, de potencialidades e de hierarquia social do homem e da mulher é que abrem a possibilidade a dominação masculina e a “passividade” feminina, que resultam, muitas vezes, em violência psicológica, física ou sexual (Walker, 1989).

Várias pesquisas sólidas sobre transtornos de personalidade de homens que agredem suas parceiras e de mulheres vítimas ratificam o fato de não ser o sexo o que origina a agressão interpessoal, mas determinadas características de personalidade (Bolton & Bolton, 1987; Hirigoyen, 2006; Narvaz & Koller, 2006c).

Estudos realizados no Canadá e nos EUA, que compararam homens violentos e não violentos, revelam que os agressores de suas companheiras são mais emocionalmente dependentes e inseguros, têm baixa auto-estima e dificuldade de controlar seus impulsos (Dutton & Golland, 1997; Hare, 1985). De acordo com estudos realizados por Bucher-Maluschke (2003, 2004) sobre mulheres “vitimizadas”, algumas dessas características são também encontradas em vítimas, indicando que vítima e agressor possam ter semelhanças de personalidade.

Apesar de sua importância no desenvolvimento humano (Newcome, 1990), a idade só é considerada um indicador que possa originar a violência de gênero em casos de abuso contra

crianças e adolescentes, existindo diferença no desenvolvimento psicosssexual entre vítima e agressor (Amazarry & Koller, 1998), e, quando existe histórico de delinqüência do agressor, como mostra uma pesquisa longitudinal da Nova Zelândia, constatando que homens com 21 anos que passaram aos 15 anos por experiências de delinqüência costumam agredir sua companheira (Krug et al., 2003).

Os resultados desta pesquisa detectaram que o tempo de educação é significativo para a probabilidade de a ser um agressor. Segundo coeficiente de regressão linear B, o índice do SBI modifica-se em 0,12 para cada ano de educação do estudante, ou seja, quanto maior o tempo de estudo, maior a possibilidade deste se tornar agressor.

Apesar de estudos indicarem que o baixo nível masculino de instrução possa predizer os maus-tratos à mulher (Aekplakorn & Kongsakon, 2007; Kronbauer & Meneghel, 2005) contrapondo os achados desta pesquisa, como a amostra é formada exclusivamente por universitários com similar grau de instrução, diferenciando-se mais pelo semestre e curso, compreende-se que o nível de escolaridade não possa ser uma variável que indique tendência à agressão neste estudo.

Quanto ao curso, conforme item segundo do instrumento SCSFR, existe maior probabilidade de “vitimização” nas áreas de Ciências da Saúde, Biológicas e Agrárias (26,7%), seguido por Ciências Exatas, da Terra e Engenharias (20%), Ciências Sociais Aplicadas (14,6%) e Ciências Humanas, Lingüísticas, Letras e Artes (13%).

Dividindo essas áreas por sexo, constata-se que a porcentagem de mulheres que responderam “sim” ao item dois do SCSFR nesses cursos correspondeu a 30% em Ciências da Saúde, Biológicas e Agrárias; 28% em Ciências Exatas, da Terra e Engenharias; 19% em Ciências Sociais Aplicadas; e 13% em Ciências Humanas, Lingüísticas, Letras e Artes, compreendendo-se que os cursos nos quais existe maior quantidade de mulheres possíveis vítimas são mais propícios a “vitimização”.

4.2.2 Nível Processual

No nível processual, a causa mais comum que aparece na violência de gênero por parte de casais heterossexuais e homossexuais é a dos conflitos causados por desavenças matrimoniais (Aekplakorn & Kongsakon, 2007; Swan & Snow, 2003; Toro-Alfonso & Rodríguez-Madera, 2005). Dados da OMS informam que para homens e mulheres chilenas, colombianas, salvadorenhas, venezuelanas e brasileiras, a suspeita de adultério é a principal justificativa para os maus-tratos (Krug et al., 2003).

Toro-Alfonso e Rodríguez-Madera (2005), em seus estudos sobre violência doméstica nas relações homossexuais, acentuam que, apesar de serem relatadas menos denúncias de violência nesse tipo relação, a proporção de “vitimização” é semelhante (Hirigoyen, 2006; Glass et al., 2004). Em uma pesquisa porto-riquenha com 152 participantes homossexuais, 13% relataram ter sofrido violência física em suas relações e a metade que foi objeto de agressão psicológica pelos parceiros (Toro-Alfonso & Rodríguez-Madera, 2005).

Nesta pesquisa não foram encontradas diferenças significativas entre a possibilidade de ser agressor e vítima na amostra de heterossexuais, homossexuais e bissexuais. É relevante estabelecer, entretanto, que a amostra de homossexuais e bissexuais foi bastante reduzida, interferindo nos resultados da amostra.

Segundo resultado deste estudo, existe forte associação entre ser uma possível vítima e ser um provável agressor, mas não em um possível agressor se tornar propensa vítima. Conforme análise de regressão, quanto maior o grau de risco a agressão, maior a probabilidade de se tornar um perpetrador.

Grupos de defesa dos direitos humanos denunciam a existência de mulheres que violentam seus companheiros, argumentando que elas podem ser tão agressivas quanto os

homens, sendo a violência psicológica a mais comum das praticadas (Ferreira, 1989; Glass et al., 2004; Hirigoyen, 2006).

A possibilidade de possíveis vítimas tornarem-se prováveis agressoras pode ser explicada de duas maneiras: como uma forma de defesa ante as agressões ou como um comportamento aprendido no qual a vítima aprende com seu “vitimizador” o mesmo modelo de conduta violenta (Bandura, 1973; Swan & Snow, 2003). Como no primeiro caso o agressor, necessariamente, passa a se tornar vítima ao ser agredido por ela como forma de defesa, compreende-se pelos resultados deste estudo que a aprendizagem social de Bandura é a que melhor explica esse movimento de passagem da “vitimização” para a agressão.

4.2.3 Nível Contextual

Nove de 11 famílias que vivem abaixo ou na linha da pobreza têm grande probabilidade de sofrer alguma agressão doméstica se apresentarem associação entre estresse econômico e desemprego do marido, afirma Heise (1998). Este tipo de violência, todavia, é um fenômeno global que atinge países ricos e pobres, e todas as classes socioeconômicas (Heise, 1994).

De acordo com uma investigação brasileira realizada por Kronbauer e Meneghel (2005) com 251 mulheres vítimas de violência de gênero, dos três tipos de agressão, a violência psicológica foi a mais mencionada (55%), depois a física (38%) e por último a sexual (9%), sendo na classe baixa (58%) onde mais comumente são encontradas.

Consoante resultados das análises de associação de medidas e de regressão encontrados nesta pesquisa, quanto menor a classe socioeconômica, maior a possibilidade de a pessoa sofrer alguma violência de gênero. Quanto à possibilidade de ser um agressor, o nível socioeconômico não foi uma característica significativa.

Para a Teoria Bioecológica (Bronfenbrenner, 1979/2002, 2004; Cecconello & Koller, 2003), a pobreza só é um determinante de risco quando somada a outros fatores, como falta de segurança física, presença de tráfico de drogas, fragilidade da rede de apoio social, dentre outros fatores ambientais, interferindo diretamente no desenvolvimento da pessoa, favorecendo a circunstância de “vitimização” e de conduta agressiva.

Quanto à área onde os universitários vivem atualmente, o resultado da ANOVA indica que os moradores das áreas suburbanas têm maior probabilidade de serem perpetradores. Em estudo realizado por Barreto, Vidal e Bucher-Maluschke (2004) sobre agressores sexuais, um meio ambiente no qual os sistemas de direitos, de educação e de justiça são fragilizados – como é comumente presente em áreas suburbanas –, possibilita a entrada da pessoa em um “mundo marginal” contrário a leis e a valores sociais, propiciando uma série de subsídios para constituição de um comportamento agressivo (Hashima & Amato, 1994).

Alguns estudos encontraram ligação entre religiosidade e sentimento masculino de posse da mulher. Apesar da falta de estudos empíricos para testar esta teoria, autores têm reunido um conjunto de dados históricos e qualitativos para comprovar esta hipótese (Gelles, 1982; Heise, 1998; Saffioti, 2004; Shalhoub-Kevorkian, 1999).

Os resultados da associação de medidas sobre a afiliação religiosa e escala SCSFR, indicaram que praticantes da doutrina espírita (30%) têm maior probabilidade a “vitimização” do que as religiões evangélicas (23,5%) e católicas (13,3%). Quanto ao grau de religiosidade, segundo a análise de regressão, quanto maior o grau de crença religiosa, maior a possibilidade de ocorrer a “vitimização”.

Dividindo a amostra por grau de religiosidade e realizando a associação de medidas entre a escala SCSFR e a afiliação religiosa, observa-se que os espíritas que possuem grau de religiosidade médio têm maior possibilidade de serem vítimas do que os evangélicos e os católicos, como observado na Tabela 8.

TABELA 12
Relação entre características religiosas da vítima, segundo a escala SCSFR

Características religiosas		muito baixo		baixo		médio		alto		χ^2	<i>p</i>
		f	%	f	%	f	%	f	%		
Grau de religiosidade baixo	Afiliação religiosa									9,39	0,31
	católico	38	88,4	4	9,3	1	2,3	-	-		
	evangélico	1	33,3	2	66,7	-	-	-	-		
	espírita	1	50	1	50	-	-	-	-		
	nenhum	51	72,9	18	25,7	1	1,4	-	-		
	outra	4	80	1	20	-	-	-	-		
Grau de religiosidade médio	Afiliação religiosa									23,76	0,02*
	católico	73	80,2	15	16,5	3	3,3	-	-		
	evangélico	5	62,5	2	25	-	-	1	12,5		
	espírita	8	66,7	4	33,3	-	-	-	-		
	nenhum	21	77,8	5	18,5	1	3,7	-	-		
	outra	5	55,6	4	44,4	-	-	-	-		
Grau de religiosidade alto	Afiliação religiosa									3,04	0,93
	católico	49	86	6	10,5	2	3,5	-	-		
	evangélico	6	1000	-	-	-	-	-	-		
	espírita	11	84,6	2	15,4	-	-	-	-		
	nenhum	9	81,8	2	18,2	-	-	-	-		
	outra	10	90,9	1	9,1	-	-	-	-		

* $p < 0,05$

Fonte: pesquisa direta

Pode-se compreender, pois, que não é a religião a que a pessoa é afiliada que a vulnera, mas a forma como esta vivencia esta religiosidade. Para Gelles (1982) e Saffioti (2004), a religião pode funcionar como um mecanismo psíquico de defesa para a vítima que ao retirar trechos religiosos descontextualizados, justifica a dominação masculina e seu assujeitamento.

4.2.4 Nível Temporal

Mesmo sendo algumas vezes definidos similarmente na literatura, a intra-, a inter- e a transgeracionalidade possuem conceitos e efeitos distintos no desenvolvimento humano. Para Gomes (2005), a transgeracionalidade consiste na transmissão inconsciente de costumes e de condutas através das gerações e da história da humanidade, formando determinada cultura intra e extrafamiliar. Na violência contra a mulher, o patriarcalismo instituído ao longo dos séculos expressa este tipo de transmissão (Narvaz & Koller, 2004, 2006b).

Várias teorias embasam a hipótese da transmissão da violência pela intergeracionalidade, incluindo a Teoria do Apego, o Modelo Ecológico, a Teoria Genética do Comportamento Agressivo e a Teoria da Aprendizagem Social (Renner & Slack, 2004). Nessa hipótese, a conduta agressiva é transmitida entre as gerações e, diferentemente da transgeracionalidade, o inconsciente não é percebido como mecanismo propiciador dessa transmissão (Bolton & Bolton, 1987).

A intrageracionalidade se caracteriza por experiências não saudáveis ocorrentes em uma geração que influenciam comportamentos agressivos posteriores, como, por exemplo, pessoas com histórico extrafamiliar de abuso sexual e/ou físico na infância tendem a se tornar agressoras (Barreto, Vidal, Bucher-Maluschke, 2004; Bucher-Maluschke, 2004).

De acordo com Kwong et al. (2003), não basta apenas existir a violência dentro do histórico familiar para que esta seja transferida, pois outras variáveis contextuais históricas associadas, como nível educacional e socioeconômico da família, área onde se habita, dentre outras, podem promover a violência.

Segundo o resultado da análise das características sócio-demográficas com o somatório do SBI, a área onde se viveu não é significativa para a possibilidade de ser um agressor. Também segundo resultados, a classe socioeconômica na qual a pessoa foi educada

não é significativa tanto para risco de sofrer uma violência quanto para possibilidade de ser um agressor.

Conforme os dados, pode-se inferir na amostra que, mesmo contextos e classe socialmente empobrecidos, não são determinantes para a manifestação de condutas agressivas e situação de risco para “vitimização”. Acredita-se que o ingresso no contexto acadêmico possa ter ocasionado na amostra um ambiente de superação do histórico pobre.

Estudos apresentados por Bronfenbrenner (1979/2002) indicam que, mesmo crianças em cuja infância apresentaram contextos ambientais desfavorecedores, quando adultas, podem exibir superação dessas dificuldades. Para o autor, assim como o ambiente, as pessoas são mutáveis, estando em constante crescimento psicológico, de acordo com suas relações interpessoais e dos ambientes diferentes que habitam (Goldberg, Yunes & Freitas, 2005).

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

Esta dissertação foi iniciada compreendendo a amplitude da violência de gênero no parâmetro mundial para o nacional, ficando claro, com suporte na dimensão do fenômeno e de suas conseqüências psíquicas e físicas, o quanto esta agressão é um problema de Saúde pública que precisa ser não apenas compreendido, mas também combatido.

Seguindo a recomendação da Organização Mundial de Saúde, optou-se por compreender a dinâmica da violência doméstica não de forma isolada e contingente, mas sistêmica, adotando-se assim um modelo multidimensional já utilizado desde 1978 no estudo sobre a violência interpessoal (Garbarino & Crouter, 1978), a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Bronfenbrenner (1979/2002; 2004). Apropriando-se desta óptica, foi possível melhor compreender a complexidade das causas da violência de gênero como as problemáticas de seu combate, sendo levantadas sete hipóteses com base na revisão bibliográfica.

Os resultados desta pesquisa comprovaram cinco das hipóteses levantadas: H1, H2, H4, H5 e H7, sendo essas discutidas sistemicamente dentro de cada um dos quatro níveis da Teoria Bioecológica, procurando compreender nesses níveis a parcela de contribuição de cada um na violência de gênero (Bronfenbrenner, 2004).

Apesar de não confirmadas as hipóteses cinco e sete, acredita-se ter sido atingido o objetivo principal desta pesquisa, pois, das hipóteses confirmadas, a primeira possibilitou solidificar a base deste experimento, que foi o gênero como causador da violência no casal. Dentre os aspectos a destacar nos resultados, salienta-se a correlação entre os instrumentos que medem possibilidade para a agressividade (SBI) e “vitimização” (escala SCSFR), sendo

constatado como o processo proximal pode favorecer a possibilidade de uma vítima se tornar agressora.

Complementando a correlação desses instrumentos, a análise de regressão mostrou que, quanto maior a possibilidade a “vitimização”, maior a probabilidade de a pessoa se tornar uma “vitimizadora”, confirmando os estudos de Bandura (1973) sobre violência, nos quais o comportamento violento pode ser aprendido pela vítima desde sua relação com o agressor.

Esses resultados trazem importante achado na prevenção da violência no casal, que é a necessidade de atenção à pessoa agressora tanto quanto à agredida. De acordo com Barreto, Vidal e Bucher-Maluschke (2004), além da punição, o tratamento do perpetrador pode fazer com que ele deixe sua atitude violenta, aumentando a probabilidade de se quebrar o ciclo da violência por não tornar a vítima uma futura agressora.

Além dos aspectos processuais, as características do contexto e do tempo puderam auxiliar na formulação de maior entendimento das causas da violência no casal, especialmente as características ecológicas do passado e do presente das possíveis vítimas e agressores. Dois pontos específicos podem ser destacados nesses resultados, que confirmam a literatura pesquisada: pessoas que vivem em regiões mais pobres são mais susceptíveis de se tornarem agressoras e pessoas da classe baixa são mais vulneráveis à violência de gênero.

Apesar de saber das limitações deste estudo, seus resultados quantitativos trazem algumas tendências a considerar, como o dado sobre a influência do grau de religiosidade e não da religião a qual a pessoa é filiada como fator causador da violência; somando esse achado aos poucos estudos que estudam religiosidade e violência e a crescente preocupação de pesquisadores da Psicologia e da Psicanálise com as questões do efeito da religião na subjetividade e no comportamento humano (Rios, 2007).

Para Popper (1959/1993), a condição fundamental para qualquer hipótese ser científica é que esta possa ser falseável. Assim, dados não confirmados em um estudo podem trazer

importantes descobertas para a ciência. Nesta pesquisa, os resultados não significativos trouxeram reflexões tão importantes para os estudos sobre a violência no casal quanto os significativos, especialmente sobre possíveis agressores.

Segundo os resultados, a classe econômica e o local onde a pessoa foi educada não são significativos para a pessoa se tornar um perpetrador, indicando que os fatores ambientais históricos nem são de tal modo determinantes para a agressividade, como apontam alguns estudos. Outra característica que pode ser destacada nos resultados não significativos foi a não-relevância da classe social onde a pessoa viveu como fator de risco de “vitimização”.

Tudo isso leva à consideração de que o ingresso da pessoa em ambientes saudáveis (Bronfenbrenner, 1979/2002), com uma boa rede de apoio, como é encontrada na universidade na qual o aluno está imerso em um meio de aprendizado, reflexão e suporte acadêmico, reduz a probabilidade de a pessoa ser uma agressora ou uma vítima.

Concluindo, considera-se que os resultados deste estudo estão situados a um recorte de tempo, de contexto, de relações e de pessoas selecionadas para o estudo, como bem afirma Neiva-Silva (2003). Apesar de saber da dimensão da problemática da violência de gênero, acredita-se que, metodologicamente, este estudo tenha contribuído para consolidação de pesquisas não apenas com vítimas e agressores, mas também prováveis vítimas e agressores, melhorando assim a prevenção da violência.

Espera-se, ao fim desta pesquisa, que seus resultados possam ser considerados na promoção de políticas públicas mais eficazes, e que instituições de Justiça, de Educação e da Ação Social possam refletir no fato de que não apenas ações contingentes, como a prisão de agressores e o acompanhamento e defesa dos direitos das mulheres já vítimas de agressão, irão colaborar para o fim deste tipo de agressão.

Chama-se a atenção, entretanto, para a necessidade da realização de estudos longitudinais e/ou quanti-qualitativos, utilizando os mesmos instrumentos empregados nesta

investigação, para sua melhor adaptação e fidedignidade, ou lançando mão de outros instrumentos e questionários de predição para ampliar e melhorar os estudos nesta área.

Também se atenta para, caso se tencione replicar esta pesquisa, que se faça com um número maior de participantes, o que propiciará a melhoria dos resultados, possibilitando uma apuração de todas as variáveis sócio-demográficas e possibilitando a realização de cálculos mais sofisticados, tendo maior generalização dos resultados.

REFERÊNCIAS

- Aekplakorn, W., & Kongsakon, R. (2007). Intimate partner violence among women in slum communities in Bangkok, Thailand. Singapore Medical Journal, 48(8), 763-768.
- Amazarry, M.R., & Koller, S.H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. Psicologia: Reflexão e Crítica, 11(3), 559-578.
- Associação Americana de Psicologia (2006). Manual de estilo da APA: Regras básicas. (M.F. Lopes, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Assis, S.G., & Constantino, P. (2001). Filhas do mundo: Infração juvenil feminina no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Bal, S., Crombuz, G., van Oost, P., & Debourdeaudhuij, I. (2003). The role of social support in well-being and coping with self-reported stressful events in adolescents. Child Abuse & Neglect, 27, 1377-1395.
- Bandura, A. (1973). Aggression: A social learning analysis. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Bardagi, M.P. (2007). Evasão e comportamento vocacional de universitários: Estudos sobre o desenvolvimento de carreira na graduação. Tese de Doutorado Não-Publicada, Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Barker, C., Pistrang, N., & Elliott, R. (1996). Research methods in clinical and counselling psychology. Chichester, New York: John Wiley & Sons.
- Barreto, A.C., Vidal, A.A., & Bucher-Maluschke, J.S.N.F. (2004). Agressor sexual na dinâmica relacional da família: Um estudo de caso. Em J.S.N.F. Bucher-Maluschke, G. Maluschke & K. Hermanns (Orgs.), Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática (pp. 197-212). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- Bauer, C. (2001). Breve história da mulher no mundo ocidental. São Paulo: Xamã, Pulsar.

- Bensley, L, Macdonald, S, Van Eenwyk, J, Wyncoop, S.K, & Ruggles, D. (2000) Prevalence of intimate partner violence and injuries - Washington, 1998. Morbidity and Mortality Weekly Report, 59, 589 –92.
- Bolton. F.G., & Bolton, S.R. (1987). Working with violent families: A guide for clinical and legal practitioners. Newbury Park; Beverly Hills; London; New Delhi: Sage
- Brasil (2004). Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Brasil (2006). Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Relatório de Implementação 2005, 2006. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Brecklin, L.R. (2002). The role of perpetrator alcohol use in the injury outcomes of intimate assaults. Journal of Family Violence, 17, 185-197.
- Brito, R.C., & Koller, S.H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. Em A. M. Carvalho (Org.), O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação (pp.115-126). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bronfenbrenner, U. (2002). A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados (M.A.V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artemed. (Originalmente publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. (Org.) (2004). Making human beings human: Bioecological perspectives on human development. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.
- Bucher-Maluschke, J.S.N.F. (2003). Família, locus de vivências: Do amor à violência. Em T. Feres-Carneiro (Org.), Família e casal: Arranjos e demandas contemporâneas (pp. 169-183). Rio de Janeiro, São Paulo: Pontífice Universidade Católica do Rio, Loyola.
- Bucher-Maluschke, J.S.N.F. (2004). Vinculo, afetividade e violência: Desafios para a família e a sociedade. Em J.S.N.F. Bucher-Maluschke, G. Maluschke & K. Hermanns (Orgs.),

- Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática (pp. 157-170). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- Buehler, J., Dixon, B., & Toomey, K. (1998). Lifetime and annual incidence of intimate partner violence and resulting injuries - Georgia, 1995. Morbidity and Mortality Weekly Report, 47, 849-53.
- Carlson, B.E., McNutt, L.-A., Choi, D., & Rose, I.M. (2002). Intimate partner abuse and mental health: The role of social support and others protective factors. Violence Against Women, 8(6), 720-745.
- CDC (1996). Physical violence and injuries in intimate relationships - New York, Behavioral Risk Factor Surveillance System, 1994. Morbidity and Mortality Weekly Report, 45, 765-767.
- Cecconello, A.M., & Koller, S.H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. Psicologia: Reflexão e Crítica, 16(3), 515-524.
- Cecconello, A.M., De Antoni, C., & Koller, S.H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. Psicologia em Estudo, 8, 45-54.
- Creswell, J.W. (1994). Research design: Qualitative and quantitative approaches. London: Sage.
- Crook, C.V., Goodall, G.R., Baker, L.L., & Hughes, R. (2006). Preventing violence against women: Engaging the fathers of today and tomorrow. Cognitive and Behavioral Practice, 13, 82-93.
- Dancey, C.P., & Reidy, J. (2006). Estatística sem matemática para psicologia: Usando SPSS para windows. (3.ed.) Porto Alegre: Artmed.
- Diniz, G., & Pomdaag, M. (2004). Explorando significados do silêncio e do segredo nos contextos de violência doméstica. Em J.S.N.F. Bucher-Maluschke, G. Maluschke & K.

- Hermanns (Orgs.), Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática. (pp. 171-185). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- Dutton, D., & Golland, S. (1997). El golpeador. Un perfil psicológico. Buenos Aires: Paidós.
- Ebrahim, G.J., & Sullivan, K.R. (1999). Métodos de pesquisa em Saúde materno infantil. Pernambuco: Instituto Materno Infantil de Pernambuco.
- Engels, F. (2002). A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Centauro. (Originalmente publicado em 1884).
- Espindola, C.R., Bucher-Maluschke, J.S.N.F., & Santos, A.P. (2004). A mulher no contexto da violência. Em J.S.N.F. Bucher-Maluschke, G. Maluschke & K. Hermanns (Orgs.), Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática. (pp. 213-230). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- Ferreira, G.B. (1989). La mujer maltratada: Um estudio sobre las mujeres víctimas de la violenci doméstica. Buenos Aires: Sudamericana.
- Galvani, S. (2006). Alcohol and domestic violence. Violence Against Women, 12(7), 641-662.
- Garbarino, J., & Crouter, A. (1978). Defining the community context for parent-child relations: The correlates of child maltreatment. Child Development, 49, 604-616.
- Gelles, R.J. (1982). Applying research on family violence to clinical practice. Journal of Marriage and Family, 44(1), 9-20.
- Gentry, E.M., et al (1985). The Behavioral Risk Factor surveys: II. Design, methods, and estimates from combined state data. American Journal of Preventive Medicine, 1, 9-14.
- Glass, N., Koziol-McLain, J., Campbell, J., & Block, C.R. (2004) Female-perpetrated femicide and attempted femicide: A case study. Violence Against Women, 10(6), 606-624.

- Goldberg, L.G., Yunes, M.A.M., & Freitas, J.V. (2005). O desenho infantil na ótica da ecologia do desenvolvimento humano. Psicologia em Estudo, 10(1), 97-106.
- Gomes, I.B. (2006). Instruções para atendimento nos casos de violência doméstica contra a mulher com base na lei 11.340/2006. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Gomes, I.C. (2005). Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: Um relato de caso. Boletim de Psicologia, 55(123), 177-188.
- Gomes, R. (2003). A mulher em situação de violência sob a ótica da Saúde. Em M.C.S. Mynayo & E.R. Souza (Orgs.), Violência sob o olhar da Saúde: A infrapolítica da contemporaneidade brasileira (pp. 199-222). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Guareschi, N.M.F., Weber, A., Comunello, L.N., & Nardini, M. (2006). Discussões sobre violência: Trabalhando a produção de sentidos. Psicologia: Reflexão e Crítica, 19(1), 122-130.
- Hashima, P.Y., & Amato, P.R. (1994). Poverty, social support, and parental behavior. Child Development, 65, 394-403.
- Hare, R.D. (1985). Comparison of procedures for the assessment of psychopathy. Journal of Consulting and Clinical Psychology, 53, 7-16.
- Hartigan, P. (1997). La OPS enfoca el problema de la violencia contra la mujer. Revista Panamericana Salud Publica, 2(4), 290-294.
- Harwell, T.S., Michael, R., & Spence, M.R. (2000). Population Surveillance for Physical Violence Among Adult Men and Women, Montana 1998. American Journal of Preventive Medicine, 19(4), 321-324.
- Harwell, T.S., Moore, K.R., & Spence, M.R. (2003). Physical violence, intimate partner violence, and emotional abuse among adult American Indian men and women in Montana. Preventive Medicine, 37, 297-303.

- Hathaway, J., Silverman, J., Aynalem, G., Mucci, L., & Brooks, D. (2000). Use of medical care, police assistance, and restraining orders by women reporting intimate partner violence—Massachusetts, 1996–1997. Morbidity and Mortality Weekly Report, *49*, 485–88.
- Hathaway, J.E., Mucci, L.A., Silverman, J.G., Brooks, D.R., Mathews, R., & Pavlos, C.A. (2000). Health Status and Health Care Use of Massachusetts Women Reporting Partner Abuse. American Journal of Preventive Medicine, *19*(4), 302-307.
- Heise L.L. (1994). Gender-based abuse: The global epidemic. Cadernos de Saúde Pública, *10*(Supl. 1), 135-46.
- Heise, L.L. (1998). Violence against women: An integrated, ecological framework. Violence Against Women, *4*(3), 262-290.
- Hoel, P.G. (1969). Estatística elementar. (A.L.B. Costa, Trad.). (3a. ed.) Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Hirigoyen, M.-F. (2006). A violência no casal: Da coação psicológica à agressão física (M. H. Kühner, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Jacobucci, P.G., & Cabral, M.A.A. (2004). Depressão e traços de personalidade em mulheres vítimas de violência doméstica. Revista Brasileira de Psiquiatria, *26*(3), 215-215.
- Kalin, R., & Tilby, P.J. (1978). Development and validation of a sex-role ideology scale. Psychological Reports, *42*, 731-738.
- Kocot, T., & Goodman, L. (2003). The roles of coping and social support in battered women's mental health. Violence Against Women, *9*(3), 323-346.
- Koller, S.H. (2005). Personalidade e atitudes sexuais. Projeto de pesquisa, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

- Koziol-McLain, J., Coates, C.J., & Lowenstein, S.R. (2001). Predictive validity of a screen for partner violence against women. American Journal of Preventive Medicine, 21, 93-100.
- Kronbauer, J.F.D., & Meneghel, S.N. (2005). Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. Revista de Saúde Pública, 39(5), 695-701.
- Krug, E.G., Dalhberg, L.L., Mercy, J.A., Zwi, A.B., & Lozano, R. (Orgs) (2003). Informe mundial sobre la violencia y la salud. Genebra: OMS.
- Kwong, M.J., Bartholomew, K., Henderson, A.J.Z., & Trinke, A. (2003). The intergeneration transmission of relationship violence. Journal of Family Psychology, 17(3), 288-301.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG.
- Loxton, D., Schofield, M., Hussain, R., & Mishra, G. (2006). History of domestic violence and physical health in midlife. Violence Against Women, 12(8), 715-731.
- Martins, M.A.F., & Bucher-Maluschke, J.S.N.F. (2005). Bater para educar ou maltratar? Contribuições ao estudo da violência intrafamiliar. Em L.F. Costa & T.M.C. Almeida (Org.), Violência no cotidiano: Do risco a proteção (pp. 59-73). Brasília, DF: Universa, Líber Livro.
- Minuchin, S. (1982). Famílias: Funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mosher, D.L., & Anderson, R.D. (1986). Macho personality, sexual aggression, and reactions to guided imagery of realistic rape. Journal of Research in Personality, 20, 77-94.
- Narvaz, M. (2002). A transmissão transgeracional da violência. Insight, 11(18), 17- 22.
- Narvaz, M.G., & Koller, S.H. (2004). Famílias, gêneros e violência: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. Em M. N. Strey, M.P.R. Azambuja & F. P. Jaeger (Orgs.). Violência, gênero e políticas públicas (pp. 149-176). Porto Alegre: EDIPUCRS.

- Narvaz, M.G., & Koller, S.H. (2006a). A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto. Psicologia: Reflexão e Crítica, 19(3), 395-406.
- Narvaz, M.G., & Koller, S.H. (2006b). Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. Revista Psicologia & Sociedade, 18(1), 49-55.
- Narvaz, M.G., & Koller, S.H. (2006c). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. Psico, 37(1), 7-13.
- NCSS INCORPORATION. (2005). Power Analysis and Sample Size. Kaysville, Utah: NCSS Inc.
- Neiva-Silva, L. (2003). Expectativas futuras de adolescentes em situação de rua: Um estudo autofotográfico. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Newcome, N. (1999). Desenvolvimento infantil: Abordagem de Mussen. (C. Buchweitz, Trad.). Porto Alegre: Artmed
- Papalia, D.E., Olds, S.W., & Felman, R.D. (2006). Desenvolvimento humano. (8ª ed). Porto Alegre: Artmed.
- Poletto, R.C., & Koller, S.H. (2002). Rede de apoio social e afetivo de crianças em situação de pobreza. Psico, 33(1), 151-176.
- Popper, K.R. (1993). Lógica da pesquisa científica. (L. Hegehberg e O.S. Mota, Trad.) São Paulo: Cutrix (Originalmente publicado em 1959).
- Rego, J.C.C., Barreto, A.C., Bucher-Maluschke, J.S.N.F., & Almeida, P.C. (2007). Preditor para violência doméstica: Adaptação do Behavioral Risk Factor Surveillance System (BRFSS) utilizado para predição da violência conjugal. Em V Congresso Norte Nordeste de Psicologia, 2007, Maceió, AL, 75-75.

- Remington, P.L., Smith, M.Y., Williamson, D.F., Anda, R.F., Gentry, E.M., & Hogelin, G.C. (1988). Design, characteristics, and usefulness of state-based behavioral risk factor surveillance: 1981–1987. Public Health Report, *103*, 366–75.
- Renner, L.M., & Slack, K.S. (2004). Intimate partner violence and child maltreatment: Understanding intra- and intergeneration connections. Child Abuse & Neglect, *30*, 599-617.
- Rios, C.S.N. (2007). Da Igreja Católica à Igreja Universal: os sentidos construídos por católicos que se converteram à Igreja Universal do Reino de Deus. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Curso de Mestrado em Psicologia, Universidade de Fortaleza. Fortaleza, CE.
- Rivara, F.P., Anderson, M.L., Fishman, P., Bonomi, A.E., Reid, R.J., Carrell, D., & Thompson, R.S. (2007). Healthcare Utilization and Costs for Women with a History of Intimate Partner Violence. American Journal of Preventive Medicine, *32*(2), 89-96.
- Saffioti, H.I.B. (1998). Violência de gênero no Brasil atual. Estudos Feministas *1*, 447.
- Saffioti, H.I.B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo em Perspectiva, *13*(4), 82-91.
- Saffioti, H.I.B. (2004). Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Saffioti, H.I.B. (2005). Gênero e patriarcado. Em M. Castillo-Martín & S. Oliveira (Orgs.) (2005), Marcadas a ferro: Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar (pp. 35-76). Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Santos, S.M. (1999). Homicídios em Porto Alegre, 1996: Análise ecológica de sua distribuição e contexto socioespacial. Dissertação de Mestrado, Não-Publicada, Mestrado em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, RJ.

- Schmitt, D.P. (2003). The anonymous "Personality and sexual attitudes" study. Projeto de pesquisa, Universidade de Bradley, Bradley, EUA.
- Schmitt, D.P., et al.. (2003a). Universal sex differences in the desire for sexual variety: Tests from 52 nations, 6 continents, and 13 islands. Journal of Personality & Social Psychology, 85, 85-104.
- Schmitt, D.P., et al.. (2003b). Patterns and universals of mate poaching across 53 nations: The effects of sex, culture, and personality on romantically attracting another person's partner. Journal of Personality and Social Psychology. Paper revised and re-submitted for publication.
- Shalhoub-Kevorkian, N. (1999). The politics of disclosing female sexual abuse: A case study of Palestinian society. Child Abuse & Neglect, 23(12), 1275-1293.
- Sharps, P.W., Koziol-McLain, J., Campbell, J., McFarlane, J., Sachs, C., & Xu, X. (2001). Health care providers' missed opportunities for preventing femicide. Preventive Medicine, 33, 373-380.
- Simons, R.L., Whitbeck, L.B., Conger, R.D., & Chyi-In, W. (1991). Intergeneration transmission of harsh parenting. Developmental Psychology, 27(1), 159-171.
- SPSS INCORPORATION (2005). SPSS for Windows. Statistical Package for the Social Sciences. Chicago: SPSS Inc.
- Swan, S.C., & Snow, D.L. (2003). Behavioral and psychological differences among abused women who use violence in intimate relationship. Violence Against Women, 9(1), 75-109.
- Toro-Alfonso, J., & Rodríguez-Madera, S. (Org.) (2005). Al margen del género: La violencia doméstica en parejas del mismo sexo. Porto Rico: Huracán.
- Vasconcelos, T.M, Brito, V.F.N., Bucher-Maluschke, J.S.N.F., & Almeida, P.C. (2007). Sistema Comportamental de Sobrevivência a Fatores de Risco: Equivalência conceitual e

semântica de escala preditora à violência doméstica. Em VIII Semana Universitária da Universidade Estadual do Ceará, 2007, Fortaleza, CE, on-line. Disponível em <<http://www.uece.br>>

Veloso, F.N. (2005). Pais e filhos adolescentes: Vivência de limites no processo educativo na família. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Curso de Mestrado em Psicologia, Universidade de Fortaleza. Fortaleza, CE.

Vest, J.R., Catlin, T.K., Chen, J.J., & Brownson, R.C. (2002). Multistate Analysis of Factors Associated with Intimate Partner Violence. American Journal of Preventive Medicine, 22(3), 156-164.

Wagner, M.B. (2004). SPSS passo a passo: Statistical package for the social sciences. Caxias do Sul: Educs.

Walker, L.E.A. (1989). Psychology and violence against women. American Psychologist, 4(44), 695-701.

ANEXO A
ACEITE DO COMITÊ DE ÉTICA



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
CARTA DE APROVAÇÃO

pro.pesq

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul analisou o projeto:

Número : 2005452

Título : Personalidade e atitudes sexuais

Pesquisador (es) :

<u>NOME</u>	<u>PARTICIPAÇÃO</u>	<u>EMAIL</u>	<u>FONE</u>
SILVIA HELENA KOLLER	PESQ RESPONSÁVEL	kollersh@ufrgs.br	33165246

O mesmo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, reunião nº 45 , ata nº 66 , de 22/12/2005 , por estar adequado ética e metodologicamente e de acordo com a Resolução 196/96 e complementares do Conselho Nacional de Saúde.

Porto Alegre, segunda-feira, 26 de dezembro de 2005


José Roberto Goldim
Coordenador do CEP-UFRGS

ANEXO B

FOLHA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo: ESTUDO ANÔNIMO SOBRE “PERSONALIDADE E ATITUDES SEXUAIS”

Solicitamos sua participação em um estudo, preenchendo um inquérito anônimo. A sua participação é inteiramente voluntária. A sua decisão em participar ou não participar não terá qualquer efeito nas suas notas ou progressão acadêmica. Pergunte sempre se houver algo que não compreenda.

Porque é que este estudo será realizado:

O objetivo deste estudo é aprender mais acerca da relação entre traços de personalidade e atitudes associadas aos relacionamentos sexuais. Esperamos aprender por que é que certos traços de personalidade estão mais diretamente relacionados com determinadas atitudes sexuais, comparativamente com outros traços de personalidade. Este conhecimento pode ajudar aos psicólogos e aos terapeutas a compreender e a modificar as atitudes e os comportamentos sexuais de uma forma mais adequada.

O que é que este estudo envolve:

O estudo envolve o preenchimento anônimo de um questionário sobre os seus traços de personalidade e as suas atitudes perante os relacionamentos sexuais. O preenchimento do questionário deve demorar aproximadamente 30 a 40 minutos. É pedido a todos os participantes para completarem o mesmo questionário.

Quantas pessoas irão participar neste estudo:

Aproximadamente 400 pessoas, 200 homens e 200 mulheres do Brasil conjuntamente com participantes de outros países.

Durante quanto tempo estará envolvido no estudo:

A sua participação deve demorar aproximadamente 30 a 40 minutos. Assim que devolver o seu questionário, a sua participação estará finalizada. Nessa altura, serão esclarecidos mais detalhes sobre a pesquisa.

Quais são os riscos associados à minha participação neste estudo:

O único risco associado à participação neste estudo é poder sentir que algumas questões são demasiado pessoais para responder. Por favor, sinta-se livre para omitir qualquer questão que considere demasiado pessoal, e sinta-se à vontade para terminar a sua participação no estudo a qualquer momento. A sua decisão de parar de participar não terá qualquer efeito nas suas notas ou progressão acadêmica.

Quais são os benefícios associados à minha participação neste estudo:

É possível que não beneficie pessoalmente da sua participação neste estudo. Contudo, existem duas formas pelas quais é possível ter benefícios. Primeiro, será esclarecido no final do estudo

sobre o que os cientistas sabem sobre traços de personalidade e sexualidade. Também lhe será dito onde dirigir-se para obter mais informação sobre o tema da personalidade e atitudes e comportamentos sexuais. Para muitos participantes, isto aumentará o seu conhecimento científico sobre traços de personalidade e sexualidade humana. Em segundo lugar, será exposto ao processo de levar a cabo um inquérito científico e aprenderá, em primeira mão, o que significa participar na investigação em Psicologia. Nem todos os estudantes têm esta oportunidade na Universidade e participar neste estudo pode aumentar o seu conhecimento sobre as abordagens científicas à psicologia e o modo como a ciência psicológica é conduzida. Esperamos que a informação reunida neste questionário possa ajudar as pessoas no futuro. Por exemplo, saber se certas características da personalidade estão mais diretamente relacionadas com determinadas atitudes sexuais, comparativamente com outras, pode ajudar os investigadores a serem capazes de prevêr melhor se determinados indivíduos irão desenvolver atitudes sexuais saudáveis. Os terapeutas também podem ser capazes de usar a informação deste estudo para tratar de uma forma mais eficiente as pessoas com certas atitudes sexuais desajustadas.

Que outras opções existem:

Tem a opção de não participar neste estudo. De novo, qualquer decisão que tome, para participar ou não participar, não terá qualquer efeito sobre suas notas ou progressão académica.

E a confidencialidade:

A sua participação é completamente anónima. Não pedimos qualquer identificação. Não existe qualquer forma de saber qual dos questionários completou. Assim que a informação anónima de todos os questionários tiver sido introduzida num computador, todos os questionários serão guardados durante 5 anos e, depois, serão destruídos.

Quais são os custos:

Não existe qualquer custo associado à sua participação. Você não receberá qualquer pagamento por fazer parte neste estudo.

Quais são os meus direitos:

Fazer parte do estudo é completamente voluntário. Pode escolher não participar e pode desistir a qualquer momento. Qualquer decisão que tome sobre a sua participação não terá qualquer efeito sobre suas notas ou progressão académica.

Quem devo contactar se tiver questões ou problemas relacionados com o estudo:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Instituto de Psicologia
Cento de Estudos Psicológicos sobre Meninos de Rua (CEP-Rua)
Responsáveis: Silvia H. Koller e André C. Barreto
Rua Ramiro Barcelos, 2600, sala 104, Santana, CEP - 90035-003, Porto Alegre, RS, Brasil.

ANEXO C
 QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO
 (Schmitt et al, 2003a, 2003b)

1. Sexo (assinale um sublinhando): Masculino Feminino
2. Curso: _____
3. Idade (em anos):_____
4. Orientação Sexual (assinale um sublinhando):
- Heterossexual Homossexual Bissexual
5. Em que nível socioeconômico foi educado a maior parte da sua vida (assinale uma opção sublinhando):
- Classe Alta Classe Média-Alta Classe Média Classe Média-Baixa Classe Baixa
6. Qual é o seu nível socioeconômico atual (assinale uma opção sublinhando):
- Classe Alta Classe Média-Alta Classe Média Classe Média-Baixa Classe Baixa
7. Em que tipo de área foi educado a maior parte da sua vida (assinale uma opção sublinhando):
- Rural Urbana Suburbana
8. Em que tipo de área vive atualmente (assinale uma opção sublinhando):
- Rural Urbana Suburbana
9. Número total de anos de educação (incluindo a escola primária)? _____ Anos
10. Qual é a sua religiosa atual (assinale uma sublinhando):
- Protestante Católica Judaica Muçulmana Budista Nenhuma Outra:
11. É (Faça um círculo num número de 1 a 7)?
- Nada Religioso 1 2 3 4 5 6 7 Extremamente Religioso

ANEXO D

SISTEMA COMPORTAMENTAL DE SOBREVIVÊNCIA A FATORES DE RISCO

(Koziol-McLain, Coates & Lowenstein, 2001)

1) Pense no último ano, em alguma ocasião foi atingido, esbofeteado, chutado, violado, ou sofreu outros danos físicos provocados por alguém que conhece ou conheceu intimamente, como, por exemplo, o cônjuge, companheiro ou ex-companheiro, namorado ou namorada (sublinhe uma opção)?

Sim Não

2) Considerando o seu parceiro atual ou amigos, ou parceiros ou amigos prévios, existe alguém que o faça sentir inseguro atualmente (sublinhe uma opção)?

Sim Não

3) No último ano, alguma vez a polícia foi chamada a sua casa devido a um conflito físico ou discussão, independentemente de quem estava a confrontar ou de quem era a culpa (sublinhe uma opção)?

Sim Não

ANEXO E
 AGGRESSIVE SEXUAL BEHAVIOR INVENTORY
 (Mosher & Anderson, 1986)

Instruções: Os 10 itens que seguem exemplificam comportamentos que por vezes ocorrem nos namoros ou em outras relações sociosexuais. Os itens descrevem várias técnicas, que podem, ou não, ter sucesso para conseguir acesso sexual a pessoas do sexo oposto. Alguns dos comportamentos são aceitáveis para a maioria das pessoas, outros não. Dado este estudo ser anônimo, é pedido que seja o mais verdadeiro que puder nas respostas.

Cada tática ou comportamento é avaliada numa escala de 7 pontos para determinar a frequência do uso da tática no passado. Nesta escala 1 significa *nunca* e 7 significa *extremamente freqüente*. Os números entre 2 e 6 representam níveis intermédios.

1) Ameacei deixar ou terminar um relacionamento se o meu parceiro não tivesse relações sexuais comigo.

1	2	3	4	5	6	7
Nunca						Extremamente Freqüente

2) Disse a alguém que queria ir ao seu apartamento de forma a poder ter a pessoa “onde eu a queria”.

1	2	3	4	5	6	7
Nunca						Extremamente Freqüente

3) Avisei a pessoa que poderia-se ferir se resistisse, de modo que se pudesse relaxar e apreciar a situação.

1	2	3	4	5	6	7
Nunca						Extremamente Freqüente

4) Dei maconha ou comprimidos a uma pessoa para que tivesse menos capacidade para resistir aos meus avanços.

1	2	3	4	5	6	7
Nunca						Extremamente Freqüente

5) Acalmei uma pessoa com um ou dois bons tapas quando ficou incomodada com os meus avanços.

1	2	3	4	5	6	7
Nunca						Extremamente Freqüente

6) Prometi que não lhe faria mal se fizesse tudo o que eu lhe tinha dito para fazer.

1	2	3	4	5	6	7
Nunca						Extremamente Freqüente

7) Chamei duns nomes feios e dei empurrões até que a pessoa se rendeu à minha necessidade de sexo.

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

Nunca

Extremamente Freqüente

8) Excitei a pessoa com drogas caras de modo a que se sentisse obrigada a fazer-me um favor sexual.

1
Nunca

2

3

4

5

6
Extremamente Freqüente

7

9) Agarrei a pessoa fortemente e fiquei bravo quando não estava respondendo sexualmente como eu queria.

1
Nunca

2

3

4

5

6
Extremamente Freqüente

7

10) Bebi um pouco demais e forcei a pessoa com quem estou a ter relações sexuais comigo.

1
Nunca

2

3

4

5

6
Extremamente Freqüente

7

ANEXO F

KALIN SEX ROLE IDEOLOGY MEASURE

(Kalin & Tilby, 1978)

Instruções: As afirmações que se seguem representam opiniões que não são certas ou erradas. Indique até que ponto concorda ou discorda com cada uma delas, assinalando com um círculo o número que melhor expressa a sua opinião.

1) O marido deve ser visto como o representante legal da família em tudo o que diz respeito à lei.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Fortemente	Discordo	Discordo Ligeiramente	Indeciso	Concordo Ligeiramente	Concordo	Concordo Fortemente

2) Uma mulher casada deve sentir-se livre para ter homens como amigos.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Fortemente	Discordo	Discordo Ligeiramente	Indeciso	Concordo Ligeiramente	Concordo	Concordo Fortemente

3) A melhor coisa que uma mãe pode ensinar à sua filha é o que significa ser uma mulher.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Fortemente	Discordo	Discordo Ligeiramente	Indeciso	Concordo Ligeiramente	Concordo	Concordo Fortemente

4) O trabalho das mulheres e dos homens não deve, por natureza, ser fundamentalmente diferente.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Fortemente	Discordo	Discordo Ligeiramente	Indeciso	Concordo Ligeiramente	Concordo	Concordo Fortemente

5) A principal responsabilidade do homem para com os seus filhos é discipliná-los e suprir as suas necessidades fundamentais da vida.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Fortemente	Discordo	Discordo Ligeiramente	Indeciso	Concordo Ligeiramente	Concordo	Concordo Fortemente

6) As mulheres devem receber um salário, pago pelo estado, pelo trabalho que desempenham como mães e donas de casa.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Fortemente	Discordo	Discordo Ligeiramente	Indeciso	Concordo Ligeiramente	Concordo	Concordo Fortemente

7) Um homem normal deve precaver-se em relação a uma mulher que toma a iniciativa de paquerá-lo mesmo que se sente muito atraído por ela.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Fortemente	Discordo	Discordo Ligeiramente	Indeciso	Concordo Ligeiramente	Concordo	Concordo Fortemente

8) As mulheres devem ter a mesma liberdade sexual que aos homens.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Fortemente	Discordo	Discordo Ligeiramente	Indeciso	Concordo Ligeiramente	Concordo	Concordo Fortemente

ANEXO L
DECLARAÇÃO DO REVISOR

Vianney Mesquita (Reg. Prof. nº CE004893P)

Revisão Gramatical e Estilística de Textos
Docente da Universidade Federal do Ceará
Acad. Titular (Cad nº 37) da Acad. Cearense de Língua Portuguesa

DECLARAÇÃO

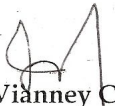
Declaro, para constituir prova junto ao (à)
PROGRAMA DE MESTRADO EM Ψ DA UNIFOR

que procedi ao trabalho de revisão estilística e gramatical
do(a) DISSERTAÇÃO, intitulado(a) "ESTUDO QUANTITA-
TIVO SOBRE PRESSÃO À AGRESSÃO DE GÊNERO EM ESTU-
DANTES UNIVERSITÁRIOS"

, da autoria de
ANDRÉ DE CARVALHO BARRETO

orientado(a) pelo(a) PROF.ª DR.ª JÚLIA S.N.F. BUCHNER-MANUSCHKE,
pelo que assino a presente.

Fortaleza, 24 de JUNHO de 2008


Prof. João Vianney Campos de Mesquita
Universidade Federal do Ceará e Academia Cearense da
Língua Portuguesa

Válida com a Corte apense.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aggressive Sexual Behavior Inventory, 17,
35, 38, 40-41, 44, 57-59, 61, 66, 68,
88, 49
Alpha de Cronbach, 17, 38, 39, 43, 44
Amostra, 35, 40, 44-46
 Cálculo amostral, 40-41
ANOVA, 17, 41, 53, 55, 57-58, 64, 44
Aprendizagem social, 29, 63, 69
Assujeitamento, 24, 65

B

Bidirecionalidade, 22, 28,

C

Classe sócio-econômica, 10, 13, 26, 28, 33,
37, 39, 43, 44, 51, 52
Ciúme, 10, 42
Contexto, 7, 12-16, 26, 27, 28, 33-335, 37,
38, 39-40, 43-46, 50-52
 Microssistema, 10, 12
 Mesossistema, 12-13
 Exossistema, 12, 13-15
 Macrossistema, 12, 15-16
Correlação, 32, 36, 51
 Correlação Spearman, 38
 Correlação Kendall, 36
Cruzamento de tabelas, 32, 33, 44, 45
Curso, 24, 33, 37, 40, 41-42, 50

D

Drogas, 6, 8

E

Escolaridade, 8, 26, 28, 33-35, 38, 40, 41, 50
Estatísticas da violência, 6, 8, 10, 11, 15;
Ética em pesquisa, 22-23

F

Família, 11, 12, 15, 17
 Mãe, 17
 Pai, 12
Femicídio, 6, 14
Feminismo, 8

I

Idade, 26, 27, 33, 40, 41, 50

Intergeracionalidade, 17-18, 46

Intrageracionalidade, 17-18, 46-47

K

Kalin Sex Role Ideology Measure, 21, 30-31,
39, 49, 50

L

Leis,
 Lei 9099/95, 14
 Lei Maria da Penha (11340/06), 14

O

Organização Mundial de Saúde, 6, 7, 41, 47
Organização Pan-Americana de Saúde, 6, 14
Orientação sexual, 10-11, 26, 27, 35, 37, 42-
43, 50

P

Patriarcado, 16-17
Personalidade, 8-9, 21, 40-41
 Baixa auto-estima, 9, 41
 Cíclica, 8-9
 Depressão, 6, 14
 Hipercontrole, 8, 9
 Masoquismo, 9
 Psicopatia, 8-9
Pessoa, 7, 8-9, 27, 39, 40-42, 50
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres,
14
Processo, 7, 10-12, 27, 39-40, 42-43, 50-51

R

Rede de apoio social e afetiva, 10, 11, 12, 13-14, 44
Regressão, 32, 36-37, 43, 41, 44, 45, 51
Religiosidade, 15, 26-27, 28, 33-35, 37, 39, 44-46, 51-52

S

Sexo, 35, 37, 39, 40, 42, 50
Síndrome de Estocolmo, 11
Sintomatologias, 6, 14
Sistema Comportamental de Sobrevivência a Fatores de Risco (SCSFR), 21, 28-30, 33-37, 38, 49, 50

T

Tempo, 7, 16-18, 27, 39, 46-47, 50-51
 Microtempo, 16
 Mesotempo, 16
 Macrotempo, 16
Transexualidade, 16-17, 46
Transtorno de Estresse Pós-Traumático, 6, 14
Teste t de Student, 32, 35, 36, 37

V

Violência psicológica, 6, 10, 11, 28, 40, 43, 44

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)